



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA APOIO TÉCNICO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA NA EXECUÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSOS, DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SENDO TAIS SERVIÇOS CARACTERIZADOS COMO NÃO CONTINUADOS E COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA, NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF NO ESTADO DA BAHIA.

Novembro/2024



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	2
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	2
3. CARACTERÍSTICAS DA LICITAÇÃO	4
4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO	5
5. ESCOPO DOS SERVIÇOS.....	5
6. EQUIPE TÉCNICA.....	10
7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	14
8. PROPOSTA FINANCEIRA	14
9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MULTA	17
10. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	20
11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	21
12. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	23
13. ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS SERVIÇOS, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	24
14. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO, ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS	25
15. FISCALIZAÇÃO.....	27
16. GARANTIA DE EXECUÇÃO	29
17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	30
18. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	31
19. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA	31
20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	34
21. MATRIZ DE RISCO	36
22. CONDIÇÕES GERAIS.....	36
23. DOCUMENTOS ANEXOS	38



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Estabelecer normas, critérios e principais condições contratuais para a apresentação de propostas e, posteriormente, a celebração de contrato para **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, nos municípios da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no estado da Bahia**, objetivando aumentar a capacidade de acompanhamento, fiscalização e supervisão dos instrumentos em execução e melhorar a produtividade das equipes técnicas.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

- 2.1. Neste Termo de Referência ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, são utilizadas as expressões e siglas relacionadas a seguir, com os seguintes significados e interpretações:

Termo de Referência (TR): conjunto de informações e prescrições estabelecidas pela Codevasf com o objetivo de definir e caracterizar as diretrizes, o programa e a metodologia relativos a um determinado serviço ou obra ou produto ou bens a ser executado e/ou fornecidos.

Sistema de Registro de Preços – SRP: Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos ao serviço licitado, para contratações futuras.

IRP - Intenção de Registro de Preços: instrumento a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG e que será utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG para registro e/ou divulgação dos itens a serem licitados.

Ata de Registro de Preços: Documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

Edital: Documento pelo qual a Codevasf divulga o objeto a ser licitado e a minuta do contrato, bem como regula o procedimento licitatório a ser realizado, estabelecendo todas as condições de participação e o critério de julgamento adotado.

Codevasf: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

6ª Superintendência Regional da Codevasf: Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em Juazeiro/BA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

Como Construído (As Built): Definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

durante a execução da obra ou serviços de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.

Contratada: Empresa licitante vencedora da Licitação, e contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

Contratante: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, doravante denominada Codevasf.

Contrato (CT): Documento, subscrito pela Codevasf e a Contratada (licitante vencedora do certame), que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

Relatório Mensal de Andamento: Documento a ser emitido pela Contratada, com o resumo da situação física e financeira, bem como das atividades realizadas por cada componente da equipe de apoio, contendo: detalhamento de cada atividade realizada por cada membro da equipe contratada, cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, laudos e/ou pareceres técnicos desenvolvidos, medições com memória de cálculo e detalhamento fotográfico dos contratos/convênios/termos de compromissos fiscalizados, detalhamento das atividades realizadas, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo concorrente licitante, que evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados. Este relatório comunica à Codevasf os trabalhos executados no período e a forma como vem sendo cumprido o Programa de Trabalho. Conterá um resumo padronizado da situação física de cada contrato em andamento e dos serviços como um todo, bem como outras informações básicas:

- Histórico do Projeto, situação geográfica, área, dados da região, infraestrutura de apoio, e outros de interesse;
- Cópias das Medições Mensais;
- Cronograma Físico dos Serviços de Obra;
- Fotos e Desenhos;
- Entrega de Produto.

Relatório Final: Documento elaborado pela Contratada, previsto ao término dos trabalhos objeto deste Termo de Referência, no qual é apresentado o relato dos serviços executados.

Cronograma Físico-Financeiro: representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços, doravante denominado Cronograma.

Documentos de Contrato: Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, Especificações Técnicas, Desenhos e Proposta Financeira da executante, Cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.

Especificações Técnicas: Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto.

Nota de Empenho (NE): documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Ordem de Serviço (OS): documento formal emitido pela Codevasf com a especificação detalhada do serviço/produto individual (parte do contrato) a ser elaborado pela Contratada, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.

Planilha de Custos da Proponente: Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto ofertado pela Licitante.

Planilha de Custos do Orçamento de Referência: Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar (Planilha Orçamentária).

Plano de Trabalho (PT): Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

Matriz de Riscos: A matriz de riscos representa o instrumento que define a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação. Suas informações são indispensáveis para a caracterização do objeto e das respectivas responsabilidades contratuais, bem como são essenciais para o dimensionamento das propostas por partes dos licitantes.

Fiscalização: Equipe da Codevasf indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato.

Licitante: Empresa habilitada para apresentar proposta.

Reunião de Partida (“START UP”): Reunião com as partes envolvidas, Contratada, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras.

Proposta Financeira: Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

3. CARACTERÍSTICAS DA LICITAÇÃO

3.1. O Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, define e disciplina os procedimentos de licitações e contratações da Codevasf, no âmbito da Sede e das Superintendências Regionais, nos termos das Leis nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e nº 14.133 de 01 de abril de 2021, no que couber, em especial, quanto à operacionalização do pregão eletrônico e licitações eletrônicas, bem como, ao disposto no Decreto 11.462 de 31 de março de 2023.

3.2. **Modalidade Licitatória:** Pregão Eletrônico, visto que a Lei 13.303/2016, prevê em seu Art. 32, Inciso IV, a adoção preferencial dessa modalidade de licitação, sendo tal norma reproduzida no RILC. Sendo ainda no formato de Sistema de Registro de Preços (SRP), regido, atualmente, pelo Decreto nº 11.462/2023, conforme expressa autorização do art. 138 do RILC, por meio de sessão pública realizada exclusivamente em portais de compras de acesso público na internet, no sítio do Compras Governamentais: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

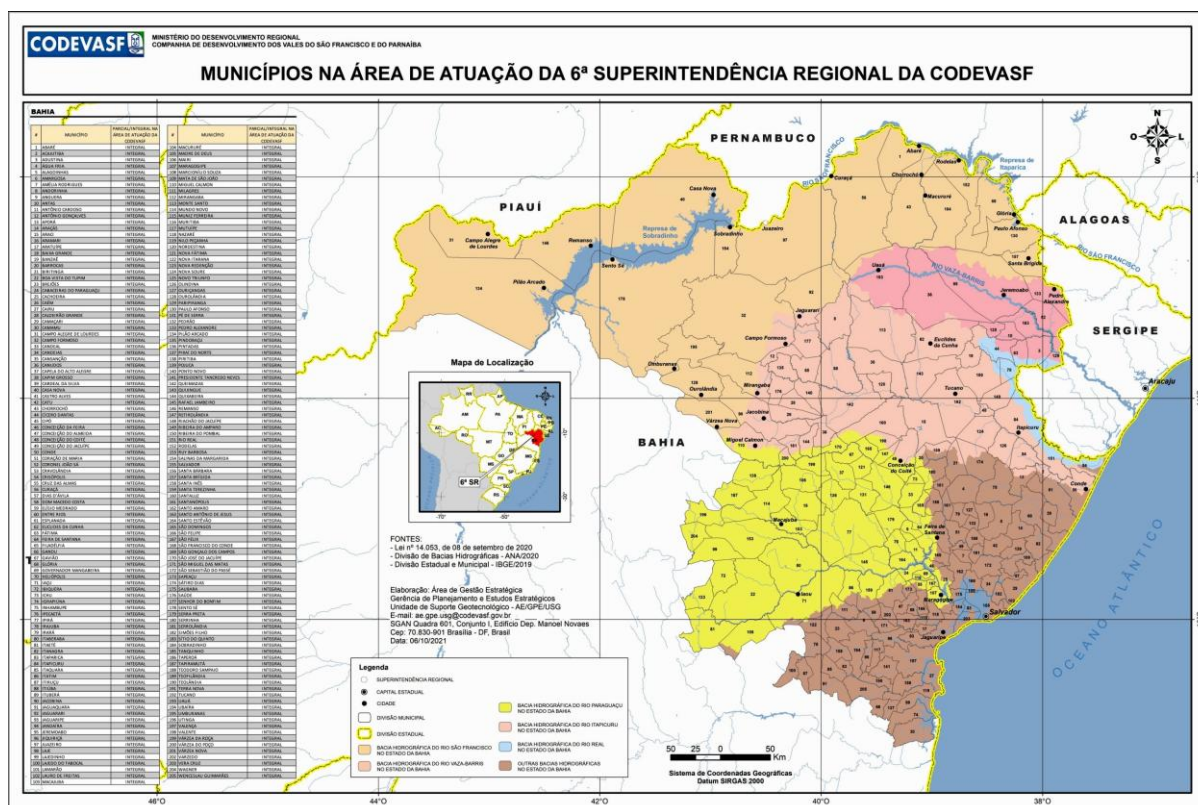


Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 3.3. **Regime de Execução:** Empreitada por preço unitário, conforme Art. 43, inciso I da Lei nº 13.303/2016.
- 3.4. **Critério de Julgamento:** Menor Preço, conforme Art.11 do Decreto 11.462/2023.
- 3.5. **Modo de Disputa:** Aberto, conforme Art. 56 da Lei nº 14.133/2021. Orçamento Público, conforme Acórdão nº 1502/2018 - TCU.
- 3.6. **Prazo de Vigência/Validade da Ata de Registro de Preços:** Será de 1 (um) ano, conforme Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. Os serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, objeto deste Termo de Referência, poderão ser executados conforme demanda e a pedido em quaisquer dos 205 municípios dentro da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, com sede em Juazeiro/Ba.



5. ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 5.1. As atividades objeto deste Termo de Referência referem-se à prestação de serviços comuns de engenharia, conforme definido no art. 6º, inciso XXI, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021, para apoio técnico à fiscalização, supervisão técnica de obras, apoio em elaboração de projetos e apoio técnico-administrativo à gestão e execução de contratos, convênios, nos objetos de pavimentações de ruas, construção/melhoramento de estradas,



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, barragens, construção e reforma de edificações, passagens molhadas, pontes/pontilhões, entre outros serviços. Nos serviços de engenharia e estudos realizados pela Codevasf e em todo e qualquer serviço que necessite deste apoio técnico demandado pelo Fiscal do Contrato, ou pessoa autorizada por ele, incluindo análise de projetos, análise de planilhas orçamentárias, análise de boletins de medição, vistorias preliminares, vistorias de enquadramento de vias, produção de pareceres técnicos, produção de relatórios fotográficos das obras, produção de relatórios dos levantamentos geodésicos/topográficos e verificação topográfica, gestão da informação dos instrumentos e produção de relatórios e supervisão geral das frentes de serviços de pavimentação, análise dos detalhamentos construtivos necessários às obras e serviços bem como projetos básico e executivo da Codevasf, os quais poderão ser realizados em quaisquer dos municípios inseridos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, com sede em Juazeiro/Ba.

- 5.2. Os serviços comuns de engenharia objeto desta licitação encontram-se descritos e caracterizados no Estudo Técnico Preliminar e quantificados na Planilha de Custos do Orçamento de Referência (Anexo II) que integra este Termo de Referência.
- 5.3. O objeto do presente certame licitatório compreende os serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica de instrumentos da 6ª Superintendência Regional da Codevasf:
 - a) Elaboração de pareceres técnicos de planilhas orçamentárias, projetos básicos e executivos, solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, entre outras peças técnicas vinculadas aos instrumentos fiscalizados pela Codevasf;
 - b) Elaboração de planilhas orçamentárias e projetos básicos para processos licitatórios;
 - c) Realização de visitas técnicas para supervisão de obras e serviços de engenharia na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf;
 - d) Realização de medição de serviços e desenhos técnicos diversos;
 - e) Elaboração de peças técnicas diversas, vinculadas aos instrumentos fiscalizados pela Codevasf.
- 5.4. As equipes de apoio à fiscalização em campo serão formadas pelos técnicos de obras e auxiliares e no escritório pelo chefe de escritório, auxiliar administrativo e técnico de obras (desenhista/cadista). Todos da equipe serão coordenados pelo engenheiro responsável técnico de contrato da empresa e/ou pelo engenheiro/fiscal de contrato da Codevasf.
- 5.5. A execução dos serviços ocorrerá mediante a autorização pelo fiscal do contrato, ou pessoa autorizada por ele, via ordem de serviço e solicitação específica, e executada por equipe de trabalho dimensionada de acordo com a necessidade para o cumprimento da tarefa descrita no escopo da respectiva OS e solicitação.
- 5.6. O fiscal do contrato, mediante demanda das gerências e escritórios de apoio, deverá elaborar as solicitações de serviços conforme demanda de atividades, seja ela, mensal ou semanal, na qual as equipes de apoio deverão iniciar os serviços solicitados.
- 5.7. Poderá a Codevasf, estabelecer bases distintas, dentro da área de atuação da 6ª Superintendência Regional, para alocar as equipes de apoio técnico fornecidas pela Contratada.
- 5.8. O desenvolvimento dos serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

obras e serviços de engenharia, tem por objetivo auxiliar a administração no acompanhamento das frentes de serviços distribuídas em vários municípios da área de atuação da 6ª SR da Codevasf. A contratação dos referidos serviços permitirá à Codevasf atuar com maior agilidade no acompanhamento/fiscalização de serviços, nas medições e realizar o acompanhamento mais intensificado dos serviços de campo, proporcionando assim, ações que permitirá ao fiscal um acompanhamento mais preciso e detalhado das obras e serviços comuns de engenharia, devendo a Contratada desenvolver as atividades descritas a seguir:

- a) Representar a Codevasf no ambiente da obra;
- b) Acompanhar a implantação da obra;
- c) Proceder às medições dos serviços executados, conferindo-os e encaminhando-os ao fiscal para ateste;
- d) Responder às solicitações técnicas demandadas pela empresa contratada na implantação das obras, acionando o fiscal da obra sempre que necessário, o qual acionará, se for o caso, projetistas, consultoria e a Unidade de Estudos e Projetos da Codevasf;
- e) Realizar vistorias de obras verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas;
- f) Participar de operações especiais em situações de emergência;
- g) Emitir relatórios administrativos sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;
- h) Manter o fiscal da obra permanentemente informado a respeito das irregularidades encontradas;
- i) Apresentar críticas e propor sugestões que visem tornar a fiscalização efetiva e aprimorar a agilização dos trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes, propondo medidas regularizadoras;
- j) Planejar fiscalizações, estabelecer prioridades juntamente com a fiscalização da Codevasf;
- k) Realizar outras atividades de natureza correlata.

5.9. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- a) Às disposições legais da União, do Estado da Bahia e dos Municípios da área de atuação da Codevasf;
- b) Às especificações constantes deste documento;
- c) Às especificações do Caderno de Encargos da Codevasf;
- d) Às Norma de Segurança e Medicina do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- e) Às normas da ABNT, especialmente a NBR 13.133/94 e 15.777/09, e do DNIT;
- f) Demais legislações, normas e orientações aos levantamentos geodésicos e topográficos aplicáveis em território nacional;
- g) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- h) Às Normas Regulamentadoras relativas à segurança do trabalho;
- i) À certificação de imóveis rurais junto ao INCRA, nos trabalhos de georreferenciamento.

5.10. Todos os relatórios técnicos de campo e de serviços de escritório serão submetidos à



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

aprovação da fiscalização, para verificação da aderência às obrigações contratuais, inclusive quanto às estabelecidas neste Termo de Referência.

- 5.11. Os serviços de campo e escritório previstos neste Termo de Referência não estão vinculados. Pode ser expedida Ordem de Serviço exclusivamente para serviços em campo ou para serviços técnicos de escritório, ou para ambos.
- 5.12. Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação dos mesmos frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços.
- 5.13. Para os trabalhos de campo, as equipes a serem empregadas na prestação dos serviços constantes do objeto deste Termo de Referência, deverão ter disponibilidade, no mínimo, dos seguintes equipamentos básicos fornecidos pela Contratada:
- a) Veículos no período do contrato com ar-condicionado e direção hidráulica, capacidade para 05 pessoas, com no máximo 3 anos de uso, média mensal considerada de 6000 km rodados, para essa finalidade, de cor branca, identificado com os dizeres conforme normativo da Codevasf; sendo veículo leve tipo hatch ou sedan para o técnico de obras e veículo leve tipo pick-up para os serviços de topografia;
 - b) Par de Receptores GNSS geodésicos (L1/L2) com RTK, acompanhado de todos os acessórios, com as seguintes precisões mínimas:
 - Estático de alta precisão: horizontal 3 mm + 0,1 ppm e vertical 3,5 mm + 0,4 ppm;
 - Estático rápido: horizontal 3 mm + 0,5 ppm e vertical 5 mm + 0,5 ppm;
 - RTK: horizontal 5 mm + 0,5 ppm e vertical 10 mm + 0,8 ppm;
 - c) VANT - Veículo Aéreo Não Tripulado (Drone) devidamente regularizado na ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) e DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) e ser pilotado por um piloto com cadastro no DECEA. O equipamento deverá ter uma resolução de 20 Megapixels ou superior e filmagem no formato 4K ou superior.
 - d) Estação total com precisão equivalente ou superior à classe 2, conforme NBR 13.133/1994; precisão de $\pm 07''$ (sete segundos de arco) e leituras de distâncias com precisão de $\pm (5\text{mm} + 5\text{ppm} \times D)$, com todos os acessórios.
 - e) Nível automático ou eletrônico - classe 3 - precisão alta $\pm 3 \text{ mm/km}$ com todos os acessórios necessários tais como tripé, duas miras, níveis de cantoneira, software e cabo de comunicação com o computador (quando couber) etc.
 - f) Prismas;
 - g) Balizas;
 - h) Umbrelas;
 - i) Pranchetas, trenas (curtas e/ou longas), piquetes, linhas, tinta, pincéis, marcações, material de escritório (lápis, canetas, borrachas, blocos, cadernetas de campo, etc.) e de desenho, de acordo com as especificações e quantidades adequadas ao pleno atendimento das necessidades de cada serviço a ser executado;
 - j) Radiocomunicadores portáteis para comunicação entre membros da equipe;
 - k) Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) de acordo com as Normas



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Regulamentadoras sobre segurança do Trabalho, em especial a NR-06.

- l) GPS de navegação com cabo para descarga de dados via porta USB;
 - m) Software para cálculos geodésicos pós-processados e RTK;
 - n) Software para processamento de imagens aéreas adquiridas por VANT (Drone) e para geração de produtos (Ortomosaico, MDT, MDS, Curvas de Nível, etc.);
 - o) Software topográfico para processamento de cálculos e desenhos - via original;
 - p) Software CAD para conclusão e acabamento de desenhos;
 - q) Notebook com os softwares e drives instalados antes do início dos serviços de campo;
- 5.14. Esses equipamentos relativos à geodésia e topografia serão utilizados inclusive em levantamentos geodésicos e topográficos que correspondem a cerca de 20% das atividades realizadas pela equipe de apoio técnico, visto que deverão executar esses serviços para aferição e supervisão de trabalhos dessa natureza realizadas nos contratos e convênios.
- 5.15. Os tipos e quantidades de equipamentos geodésicos/topográficos a serem fornecidos pela contratada serão definidos pela fiscalização conforme a necessidade dos serviços.
- 5.16. Os custos com alimentação e pernoite (diárias), bem como custos de transporte da equipe de campo, estão incluídos na Composição do Custo Unitário, sendo que eventuais discrepâncias nessa estimativa deverão ser absorvidas financeiramente pela Contratada.
- 5.17. A metodologia para os serviços de apoio à fiscalização e os levantamentos e processamentos das informações coletadas pelos serviços geodésicos/topográficos em campo devem sempre ser discutidas junto à fiscalização do contrato e os analistas da área, com vistas à obtenção de rendimento e resultado sempre otimizado, adequada à necessidade imposta pela demanda da Codevasf/Fiscalização em apoio ao contrato que a presente contratação visa atender (qualidade e prazo); a reunião de partida já poderá indicar a metodologia indicada aos trabalhos da Contratada.
- 5.18. Os serviços de escritório objetivam a realização de análises especializadas a partir dos dados obtidos em campo, quer realizados pela Contratada, quer apresentados pelos órgãos e entidades contratadas ou auxiliadas pela Codevasf, com a utilização de softwares específicos (incluindo-se as várias versões do software CAD e do software topográfico), a serem prestados nas dependências da Codevasf ou no escritório local da Contratada.
- 5.19. Poderão ser objeto dos serviços de escritório, de forma exemplificativa: cálculo e detalhamento das movimentações de terra promovidas na execução das obras; cálculos de verificação de volumes; elaboração de plantas com indicação da localização das estacas; elaboração de relatórios fotográficos, de desenhos de seções transversais, de quadros de cubagem e de modelos digitais de terreno; operações de descarga de dados da estação total e de GNSS (de navegação, topográfico ou geodésico); tratamento de bases de dados de topografia; processamento digital de imagens aéreas de aerolevanteamento adquiridas por VANT (Drone); demais informações técnicas pertinentes, conforme o caso, dependendo do item de serviço contemplado em cada Ordem de Serviço.
- 5.20. O Projeto Geométrico deverá ser elaborado para as obras de pavimentação de vias urbanas e rurais. As configurações geométricas quanto a largura da plataforma, calçada, raios e comprimentos de curvas horizontais e verticais serão definidos de acordo com hierarquia da via com base na Lei do Uso do Solo, subsidiada pelo Plano Diretor do Município.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

5.21. Apresentação dos Projetos:

a) O projeto geométrico será composto dos elementos estabelecidos:

- Eixo Longitudinal;
- Alinhamento Horizontal;
- Alinhamento Vertical;
- Seções Transversais;
- Tabelas de Volumetria

b) E das Normas:

- IPR, 726 - Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários;
- IPR, 740 - Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas, DNIT, 2010;
- NBR-9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

6. EQUIPE TÉCNICA

6.1. Perfil, formação e experiência de cada membro da equipe técnica:

a) Chefe de escritório, profissional com nível superior e mais de 5 anos de experiência, para fazer a gestão das equipes de apoio à fiscalização de obras e serviços diversos, que atuarão como coordenadores dos técnicos do apoio à fiscalização dos contratos, convênios e termos de compromisso.

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Diversos na área de atuação de 6ª SR	Chefe de Escritório	Diversos	12 meses/ano

b) Técnico de obras, profissional de nível médio-técnico com mais de 5 anos de experiência, podendo ser técnico em Edificações, em Estradas e em Agrimensura (credenciado ao Incra), sendo estas as categorias de técnicos com as atribuições técnicas legais necessárias para ser o apoio à fiscalização nos diversos serviços de terraplenagem e pavimentação, acompanhamento de obras e serviços, elaboração de relatórios técnicos, levantamentos geodésicos/topográficos planialtimétricos e georreferenciamento, com conhecimento em CAD para elaboração de projetos, desenhos técnicos de produtos geodésicos/topográficos e cartográficos, desenhos de medição de quantitativos de serviços executados e apoio às demandas da fiscalização.

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Diversos na área de atuação de 6ª SR	Técnico de obras: Técnico em Edificações, Estradas, Desenhista/Projetista e Agrimensura	Diversos	12 meses/ano

c) Auxiliar Técnico, profissional de nível médio, para trabalhar em apoio aos técnicos de obras nos diversos serviços de campo, tais como acompanhamento de obras e serviços, levantamentos planialtimétricos necessários a elaboração de projetos, para medição de quantitativos de serviços executados e apoio às demandas de acompanhamento e fiscalização.

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Diversos na área de atuação de 6ª SR	Auxiliar Técnico	Diversos	12 meses/ano

- d) Auxiliar administrativo, profissional de nível médio e/ou médio-técnico, para trabalhar no acompanhamento de documentações e montagem de processos administrativos dos contratos, convênios e termos de compromissos, bem como os processos de medição dos contratos e liberação de parcela de termos de compromissos, para logística da equipe de execução de apoio à fiscalização, bem como para organizar as ações administrativas das equipes, ações estruturais do contrato de apoio, documentação de gestão pessoal direta da equipe de apoio à fiscalização das obras e serviços de contratos, convênios e termos de compromissos.

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Diversos na área de atuação de 6ª SR	Auxiliar Administrativo	Diversos	12 meses/ano

6.2. Equipe Técnica Mínima

Para fins da primeira contratação, segue abaixo tabela com a equipe mínima a ser requisitada:

Nível Superior	01 Chefe de Escritório	12 meses/ano
Nível Médio e/ou Médio-Técnico	04 Técnicos de obras: sendo 02 Técnicos em Edificações ou Estradas, 01 Técnico Desenhista/Projetista e 01 Técnico em Agrimensura	12 meses/ano
Nível Médio	03 Auxiliares Técnicos	12 meses/ano
Nível Médio e/ou Médio-Técnico	01 Auxiliar Administrativo	12 meses/ano

6.3. Funções e atribuições dos profissionais

- a) Chefe de Escritório com experiência comprovada em gestão das equipes de apoio à fiscalização de obras e serviços de engenharia diversos, nos trabalhos de campo e escritório:
- O Chefe de Escritório deverá coordenar os diversos serviços a serem executados pelas equipes de apoio à fiscalização, no acompanhamento de obras e serviços, em levantamentos geodésicos/topográficos necessários a elaboração de projetos, medição de quantitativos de serviços e no apoio às demandas da fiscalização, bem como elaborar os relatórios mensais de informação e medição dos serviços de contratos e termos de compromissos, onde couber;
 - Acompanhar as obras, com a responsabilidade de verificar todas as ocorrências que impactem o andamento dos serviços, verificar a execução dos serviços pela construtora conforme especificações técnicas dos projetos, acompanhar as obras em relação ao cronograma físico-financeiro, verificar a aplicação das normas de segurança do trabalho e verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e serviços executados, fotografar e filmar partes da obra que julgar necessárias;
 - Receber as demandas de acompanhamento e fiscalização de obras e serviços solicitadas pelos fiscais da Codevasf e encaminhar as equipes de apoio para o atendimento;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- Receber e encaminhar as demandas dos fiscais e prepostos das obras supervisionadas;
- Apoiar a Codevasf no levantamento/cadastramento de novas demandas, por meio de inspeção técnica/levantamento de campo, elaboração de relatórios, planilhas e plantas;
- Deverá informar todos os empecilhos e divergências de obras e serviços que estão sendo executados em contratos da Codevasf com sua Contratada mostrando as necessidades executivas das obras e serviços através de relatórios técnicos;
- Coordenar os técnicos e cobrar apoio na fiscalização e implantação/ação da fiscalização no campo dos serviços executados pelos contratos, convênios e/ou termos de compromissos, onde couber;
- Dar suporte técnico superior aos técnicos de campo e otimização da alocação desses técnicos, bem como submeter o plano de trabalho semanalmente junto à fiscalização da Codevasf;
- Deverá entregar mensalmente os relatórios das atividades executadas pelos técnicos, com sua ratificação;
- Deverá cobrar das Construtoras os detalhamentos construtivos aprovados nos órgãos responsáveis e comunicar à Codevasf das necessidades de retificação/complementação do projeto básico, onde couber;
- Ficará responsável pela elaboração dos relatórios solicitados pela Codevasf, bem como gerenciar os relatórios de responsabilidade dos demais membros da equipe de apoio à fiscalização;
- Verificará os serviços e poderá ser feita diretamente com os profissionais da Construtora, fiscalizando e acompanhando os serviços executados. Deverão ser verificados os serviços geodésicos/topográficos junto ao topógrafo da construtora e solicitado à fiscalização da Codevasf autorização para utilização de topógrafo próprio, para a verificação em situações de incerteza dos serviços executados, onde couber;
- Propor soluções técnicas e administrativas quanto a eventuais interferências verificadas in loco.

b) Técnico de obras para o apoio à fiscalização :

- O Técnico de obras deverá dar apoio às demandas da fiscalização, acompanhar e fiscalizar serviços de pavimentação, acompanhar os serviços executados pelas equipes de topografia nos levantamentos geodésicos/topográficos necessários a elaboração de projetos, acompanhamento dos serviços, medição de quantitativo de serviços, bem como elaborar os relatórios mensais de informação e medição dos serviços de contratos, convênios e dos termos de compromissos, onde couber. O técnico em obras também poderá realizar ensaios tecnológicos para o controle tecnológico em obras de pavimentação;
- A atribuição principal desta função será fiscalizar e acompanhar diariamente os serviços executados;
- Apresentar à fiscalização o plano de trabalho conforme especificações técnicas;
- Deverá informar à Codevasf todos os empecilhos e divergências do projeto com as necessidades executivas das obras através de relatórios técnicos;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- Deverá, juntamente com o chefe de escritório e a fiscalização da Codevasf, acompanhar as obras e serviços de engenharia com a responsabilidade das anotações no diário de obras, documentando as anotações com fotos, verificar as execuções dos serviços em relação as especificações técnicas do projeto, acompanhar a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro, verificar aplicação das normas de segurança do trabalho e verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e dos serviços executados;
- Realizar visitas para enquadramento de vias onde serão realizados serviços de pavimentação e vistorias complementares de serviços diversos de convênios, bem como elaborar relatórios de enquadramentos e convênios;
- Deverá sempre informar ao chefe de escritório e à fiscalização da Codevasf, através de relatório mensal de andamento, os detalhes dos serviços de acompanhamento e fiscalização executados e atualização do cronograma físico-financeiro;
- Deverá, junto com o fiscal do contrato, elaborar as pré-medições mensais para aprovação da Codevasf, e após conferência da mesma, deverão elaborar as medições definitivas do mês para a Codevasf;
- Deverá solicitar as frentes de serviços para atendimento do cronograma físico-financeiro em vigor;
- Dará apoio através de desenhos, projetos geométricos, cálculos volumétricos e elaboração de projetos básicos e executivos. Executará no escritório os trabalhos referentes aos serviços de campo da equipe de apoio à fiscalização, elaboração de relatórios de enquadramento, bem como estará à disposição para execução de diversos trabalhos em sua área solicitados pela Codevasf.
- Deverá fiscalizar e acompanhar as obras e serviços executados pela Contratada e apoiar nas soluções técnicas em casos de interferências da obra com as drenagens, redes de água, telefonia, processamento e avaliação de dados geodésicos/topográficos, atividades técnicas de apoio na área de agrimensura e de edificações, entre outras.
- Apoiar a Codevasf no levantamento/cadastramento de novas demandas, por meio de inspeção técnica/levantamento de campo, elaboração de relatórios e afins.

c) Auxiliares Técnicos:

- Profissionais que darão apoio ao chefe de escritório e aos técnicos de obras nos serviços de apoio à fiscalização, na execução dos diversos trabalhos de campo, na elaboração de projetos, acompanhamento de obras, medição de serviços, nas conferências em campo dos desenhos, cálculos volumétricos e readequação de projetos da obra contratada, executivos e “as built”, além de apoio a atividades topográficas, geodésicas e de agrimensura em campo, sempre que solicitado pela Codevasf.

d) Auxiliar administrativo:

- Profissional que dará apoio a toda equipe, com arquivamento, acompanhamento de documentações, montagem de processos administrativos do apoio a fiscalização dos contratos, nos processos de medição dos contratos, na logística da equipe de execução dos serviços de apoio à fiscalização, veículos, pessoal, escritório, comunicações, controle de documentos das obras, bem como para organizar as ações administrativas das equipes, as ações estruturais do contrato e ações de apoio às demandas da fiscalização de obras.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.
- 7.2. **Consórcios:** Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de CONSÓRCIO, considerando que o objeto é um serviço de engenharia comum e não possui alta complexidade que demande diversas especialidades ou que exigem licitantes de ramos distintos.
- 7.3. **Subcontratação:** Não será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.
- 7.4. **Cooperativas:** Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de COOPERATIVAS uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.
- 7.5. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada uma visita ou um estudo dos municípios onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- 7.6. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 7.7. A lista dos 205 municípios situados na área de atuação da 6ª SR estão no mapa do Anexo V.

8. PROPOSTA FINANCEIRA

- 8.1. A Proposta Financeira, deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.
- 8.2. A Proposta de Preços constitui-se dos seguintes documentos:
- a) Preço global para execução dos serviços objeto deste TR com valor igual ou inferior ao estimado na Planilha de Custos do Orçamento de Referência (Anexo II).
 - b) Planilha de Custos da Proponente devidamente preenchida com todos os custos e despesas indiretas dos serviços, ajustada ao lance ofertado, discriminando todos os seus itens com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Orçamento de Referência, modelo constante do Anexo II (Formulários PFS, PFS-I, PFS-II, PFS-III, PFS-



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

IV, PFS-V, PFS-VI, PFS-VII) que é parte integrante deste TR, observando-se os preços unitários e preços globais máximos orçados pela Codevasf.

- c) Junto com a proposta, as planilhas de custos dos serviços da proponente deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - d) A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão de obra, observar os pisos salariais normativos das categorias, fixados por Lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho, e ocorrendo divergência, deverá atender também a Instrução de Serviço nº 03 de 07/03/2012vda Diretoria Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, no seu Art. 1º que resolve: *“Os orçamentos referenciais e as composições de custo para os serviços de engenharia consultiva serão elaborados a partir da Tabela de Preços de Consultoria, gerenciada pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes”,* visto que a Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, contempla todas as categorias de profissionais elencadas na equipe técnica dimensionada para atendimento ao objeto deste Termo de Referência e faz parte da Planilha de Custos do Orçamento de Referência, bem como deverá observar também o seu §3º que traz: *“Para regiões onde os pisos salariais estabelecidos por convenções coletivas de trabalho forem superiores aos salários da Tabela de Preços de Consultoria, estes pisos devem ser considerados na elaboração dos orçamentos, mantendo-se a proporcionalidade dentro de uma mesma categoria profissional”.*
 - e) Ocorrendo divergência entre os dissídios, acordos ou convenções coletivas de trabalho e Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, deverá a licitante atender ao disposto no Art. 5º do Decreto nº 12.174 de 11 de setembro de 2024 e bem como o ACÓRDÃO Nº 1207/2024 - TCU - Plenário, de modo a evitar a precarização da mão de obra e a quebra da isonomia na contratação, em decorrência da vantagem auferida pela empresa cuja proposta estiver baseada em instrumento de trabalho mais desfavorável ao trabalhador em sua proposta financeira.
 - f) Detalhamento dos encargos sociais, conforme Planilha de Custos do Orçamento de Referência (Anexo II). A licitante deverá discriminar os percentuais dos encargos sociais adotados com observância da legislação pertinente.
 - g) As despesas relativas ao deslocamento da equipe para as atividades de campo em municípios da área de atuação da 6ª SR lançadas no Quadro PFS-II (ver Anexo II).
 - h) Os custos máximos de veículos, manutenção e administração de escritório e relatórios serão aqueles constantes no formulário PFS-III da Planilha de Custos do Orçamento de Referência – Anexo II, que integram o presente Termo de Referência.
 - i) Os Encargos Totais, compostos de encargos sociais, encargos complementares e encargos adicionais, constam no formulário PFS-VI (ver Anexo II) – Tabela de Preços de Consultoria DNIT-BA (referência abril/2024). O licitante deverá demonstrar os percentuais dos encargos.
 - j) Composição detalhada do BDI, conforme Planilha de Custos do Orçamento de Referência constante do anexo II (formulário: BDI).
- 8.3. Em relação à aceitação da proposta financeira e no que tange à formação de preços, a contratada deverá observar o que prevê o Art. 5º do Decreto nº 12.174/2024, bem como as recentes disposições decorrentes deste mesmo decreto que trata das garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos, inclusive, dos contratos de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

execução de obras e serviços de engenharia, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme seu Art. 2º. Ainda, segundo parecer da Assessoria Jurídica alicerçado no entendimento do Tribunal de Contas da União que, apesar das disposições legais tratarem da utilização aos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, amplia a proteção abarcando também os serviços não continuados que se enquadrem ao regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista a tutela do mesmo bem jurídico e, principalmente, a jurisprudência do TCU sobre o tema e entendimento do ACÓRDÃO Nº 1207/2024 - TCU - Plenário no qual acorda sobre tema tratado neste item do TR.

- 8.4. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Proponente, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão de obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução e transporte até o local de execução dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 8.5. Na proposta apresentada pela licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos futuramente contratados e executados.
- 8.6. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.
- 8.7. Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço ou fornecimento. Observar os preços máximos (unitários e globais) orçados pela Codevasf.
- 8.8. Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais, os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008. O percentual do ISS deverá ser recolhido no município onde estiver alocado o escritório e as equipes da Contratada.
- a) No demonstrativo de despesas fiscais, deverá ser informado o regime de tributação, ou seja, se baseado no lucro real ou no lucro presumido, ou ainda no simples nacional (ME/EPP).
 - b) As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.
- 8.9. A Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.
- 8.10. As despesas relativas ao auxílio-alimentação dos funcionários quando em trabalho no município sede do contrato, às diárias (alimentação e pernoite) dos funcionários quando em trabalho de campo fora do município sede do contrato e aos veículos deverão ser previstas nos custos dos serviços, bem como as despesas relativas aos equipamentos necessários para execução do objeto deste TR.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 8.11. As despesas relativas aos serviços gráficos deverão ser lançadas no Quadro PFS-III (ver Anexo II).
- 8.12. Em relação à proposta financeira, não haverá parcela de mobilização, nem de desmobilização, em função da natureza dos serviços, que não envolve canteiro de obras, não exige transporte de máquinas/equipamentos pesados.
- 8.13. Os custos de reuniões na sede da 6ª Superintendência Regional da Codevasf em Juazeiro/BA, bem como as vistorias em conjunto nos locais dos serviços, pela representante da empresa devem estar previstos nos custos administrativos apresentados.
- 8.14. O Licitante deverá atentar à inexecutabilidade em sua proposta observando o §3º do Art. 56 da Lei 13.303/2016.
- 8.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MULTA

- 9.1. Os pagamentos dos serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica serão efetuados em reais, com base nas medições mensais dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela Contratada em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- a) Os custos de instalação do escritório, fornecimento de mobiliário, fornecimento e manutenção dos veículos somente serão pagos mediante atesto pelo fiscal do contrato.
 - b) Nos preços apresentados pela licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
 - c) As viagens da equipe técnica PFS-II serão pagas conforme o número de viagens realizadas contabilizado no relatório mensal dos serviços, devendo-se informar e descrever a quantidade de dias trabalhados em campo e o número de pernoites pelo profissional.
 - d) A Codevasf somente pagará pelo custo das viagens efetivamente realizadas, baseando-se na quantidade de diárias (alimentação e hospedagem) e no custo unitário apresentado na proposta da Contratada.
 - e) Manutenção Operacional PFS-III será paga conforme os itens fornecidos ou instalados pela Contratada, limitando-se aos custos referentes ao mês da medição.
 - f) A Codevasf somente pagará a Contratada pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento, reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
- 9.2. A Codevasf pagará à Contratada mediante faturas mensais que virão acompanhadas de Relatório Mensal de Execução das Atividades e parecer da fiscalização por meio do Relatório de Acompanhamento da Fiscalização, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 9.3. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.
- a) Se atestada a conformidade dos serviços prestados, e satisfeitas às exigências contratuais, a Contratada apresentará os respectivos documentos de cobrança.
 - b) O atestado a que se refere a alínea anterior será expedido dentro de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da apresentação dos relatórios de andamento.
- 9.4. Atendido o disposto nos itens anteriores a Codevasf considerará como data de adimplemento a data útil seguinte do protocolo do documento de cobrança, a partir da qual será iniciada a contagem do prazo estabelecido, observando-se que:
- a) Na contagem do prazo estabelecido neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento; e
 - b) É de inteira responsabilidade da Contratada, a entrega à Codevasf dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada. O não atendimento implicará em desconsideração, pela Codevasf, dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.
- 9.5. Para efeito de apuração do valor de cada parcela devida serão aplicados os preços ofertados na Proposta Financeira da Contratada, observando-se o que se segue:
- a) Os custos referentes à equipe técnica serão medidos e pagos mensalmente por meio da apuração dos serviços prestados, com base nos preços unitários propostos e na efetiva utilização dos seus integrantes na realização dos serviços.
- 9.6. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termo de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos Serviços, incluindo:
- a) Custo de mão de obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, material de consumo, etc.;
 - b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
 - c) Remuneração de escritório e despesas fiscais; e,
 - d) Auxílio-alimentação, alimentação, hospedagem e transporte.
- 9.7. Observando o que prevê o Art. 5º do Decreto nº 12.174 de 11 de setembro de 2024, *“na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação”*. Assim, a Contratada não poderá pagar, na sua Proposta Financeira, salários inferiores aos pisos estabelecidos ou fixados pelos Conselhos Regionais de cada categoria profissional, em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho e na Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, consoante ainda com a Instrução de Serviço da Diretoria Geral nº 03 de 07/03/2012, no seu Art. 1º.
- 9.8. De modo a garantir o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas do contrato de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a contratada deverá observar as diretrizes previstas no Art. 18, da Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio 2017, do Art. 121 da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 2º do Decreto 12.174/2024.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 9.9. Não será faturável serviço algum que não se enquadre nas formas de pagamento estabelecidas neste Termo de Referência, ou que não seja executado em plena conformidade com os mesmos.
- 9.10. A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, os comprovantes dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (INSS, FGTS e ISSQN) do mês anterior e/ou do período da medição.
- 9.11. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à Codevasf dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela Codevasf dos prazos estabelecidos.
- 9.12. Não constituem motivos de pagamento pela Codevasf serviços em excesso, desnecessários à execução das obras e que forem realizados sem autorização prévia da fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Termo de Referência.
- 9.13. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 9.14. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 9.15. Ficam excluídos da hipótese referida na subcláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 9.16. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido, caso em que a Codevasf efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga;

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

I = $(1+im_1/100)^{dx1/30} \times (1+im_2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1+im_n/100)^{dxn/30} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- 9.17. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 9.18. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

9.19. Em relação a aplicação de multas deverá ser observado os seguintes pontos:

- a) Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da Contratada, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas em Lei.
- b) Nos casos de inexecução parcial dos serviços/fornecimentos, por culpa exclusiva da Contratada, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- c) Nos casos de atrasos na execução de serviços ou atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da Contratada, aplicar-se-á multa moratória de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso sobre o valor de cada relatório, documento, parecer entregue em atraso.
- d) Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela fiscalização, em relação aos eventos arrolados neste item, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

10. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

10.1. Será permitida a repactuação dos custos de mão de obra do contrato visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, mediante a demonstração analítica dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, conforme disposto no Art. 12 do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018 e o disposto no Art. 135, da Lei 14.133/2021.

a) Para efeito de repactuação, considera-se:

- Data de apresentação da proposta: a data prevista para apresentação da proposta;
- Data do orçamento que a proposta se referir: data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho, Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria - DNIT ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

b) A Licitante deverá apresentar em sua proposta cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho, Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria - DNIT ou equivalente, quando a data do orçamento se referir a alguns desses eventos.

- Em caso de omissão da Licitante na indicação da data desse evento, marco inicial para contagem do prazo de repactuação, prevalecerá a data de apresentação da proposta.

c) A repactuação será precedida da demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços.

10.2. Quanto ao reajuste dos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), estes permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta, conforme Art. 135, inciso I, da Lei 14.133/2021. Após este prazo, poderão ser reajustados através da aplicação do índice de reajustamento paramétrico pré-estabelecido, conforme fórmula apresentada a seguir (certificando-se que todos os índices empregados estejam referidos à mesma data base). Estas despesas são referentes a manutenção operacional (custo de veículos, custos de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

escritório e equipamentos e serviços gráficos).

$$R = V \left[\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right], \text{ onde:}$$

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I₁” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I₀” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

- Deverá ser adotado para o reajustamento dos custos de insumos para o apoio técnico o índice de código 157980 – FGV – Série 4 – Índice de Obras Rodoviárias - Consultoria (Supervisão e Projetos), encontrado na tabela de índices da FGV/IBRE, da revista “Conjuntura Econômica” publicado pela Fundação Getúlio Vargas. Este índice é o que melhor representa a correção do valor dos custos de insumos e materiais referentes a esta parcela que compõe os contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra que envolvem duas parcelas de custos na formação dos seus preços.
- Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Sendo:

$I_{DB1}^{Mês2}$ = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I_{DB2}^{Mês2}$ = Índice do mês de reajuste com a nova data base.

$I_{DB1}^{Mês1}$ = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. Qualificação técnica - A licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente; Deve-se também apresentar Certidão de Registro dos profissionais contratados pela empresa no Conselho de Classe correspondente à formação profissional e à função a ser desempenhada na equipe técnica.
- b) Atestado de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privada, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Técnico – CAT - dos profissionais, expedida(s) pelo CREA da região onde os serviços foram executados, que comprove que a licitante tenha executado obras ou serviços técnicos de supervisão, fiscalização, gerenciamento ou execução de obras e/ou serviços de pavimentação asfáltica; serviços geodésicos/topográficos diversos, georreferenciamento e medição de áreas e volumes;

- c) Conforme a Súmula nº 263 do TCU, “para a comprovação de capacidade técnica-operacional da licitante, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado”, representado por atestado(s) expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com os seguintes quantitativos mínimos:

	SERVIÇO	QUANTIDADE
01	Supervisão/Fiscalização/Execução de serviços de pavimentação em revestimentos asfálticos (TSD, CBUQ, TSS), paralelepípedo, blocos de concreto e/ou similares.	200.000 m²
02	Elaboração de projeto de obras civis diversas	10 unidades
03	Supervisão/Fiscalização/Execução de serviços geodésicos/topográficos diversos	1.000.000 m²

c1) Entende-se por similares os serviços de porte e complexidade equivalentes àqueles que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Item deste TR.

- Supervisão dos contratos e acompanhamento das obras;
- Execução dos trabalhos relativos à ação social e educação ambiental;
- Ações pós-empresendimentos.

c2) A Codevasf poderá solicitar da empresa licitante as Certidões de Acervo Técnico (CAT) dos profissionais ou ART/RRT emitidas pelos conselhos de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos Atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes (Acórdão nº 3.094/2020 – TCU – Plenário).

c3) Deverão constar do(s) atestado(s) ou certidão(ões), em destaque, os seguintes dados:

- Local de execução;
- Nome da Contratante e da Contratada;
- Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e números de registro(s); e
- Relação dos serviços executados.

d) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida por este Conselho, comprovando que o profissional tenha executado serviços de pavimentação asfáltica, em paralelepípedo, em bloco intertravado, bem



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

como, elaboração de projetos de obras civis diversas, conforme alínea “c2” deste subitem.

d1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:

- O empregado;
- O sócio;
- O detentor de contrato de prestação de serviço

d2) O licitante deverá comprovar, através da juntada de:

- Cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de que o mesmo pertence ao quadro do licitante;
- Cópia do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional;
- Cópia de contrato de prestação de serviço vigente, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou
- Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.

d3) Quando se tratar de dirigente ou sócio do licitante tal comprovação será através do ato constitutivo do mesmo;

d4) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

11.2. Qualificação econômica financeira:

Será exigido comprovação de patrimônio líquido mínimo, referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como permite o art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, bem como a situação financeira mediante índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC), todos com índice maior que 1 (um) conforme orienta o art. 24 da IN 03/2018.

Esta comprovação, para fins de qualificação econômica financeira, justifica-se para minimizar o risco de contratação de empresas sem condições de atender ao objeto do contrato, ressaltando o dever de sempre observar a necessidade de ampliação da competição no certame, além de evitar o direcionamento da licitação.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. O prazo para execução do objeto deste Termo de Referência será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por aditivo, mediante manifestação expressa das partes.

12.2. As equipes que compõem os módulos serão mobilizadas individualmente, podendo ser simultâneas ou não, e deverá ser emitida uma Ordem de Serviço para cada equipe considerando o prazo do item anterior.

12.3. O prazo para vigência do contrato, contado em meses, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, será o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 3 meses para expedição do Termo de Encerramento Físico dos serviços, perfazendo um total de 15 meses para cada equipe.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

12.4. A expedição da Ordem de Serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União e entrega das Garantias de Cumprimento do Contrato e Riscos de Engenharia, na Unidade de Finanças da Codevasf.

12.5. A prorrogação do prazo de execução dos serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos de obras e serviços de engenharia, pode ser feita mediante manifestação expressa das partes e segundo a legislação vigente.

13. ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS SERVIÇOS, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os custos dos serviços objeto deste Termo de Referência atendem ao disposto no Decreto nº 7.983 de 08 de abril de 2013 e no RILC, orçados de acordo com o valor da Planilha de Custos do Orçamento de Referência, no valor máximo global para **3 módulos da equipe técnica** e no valor máximo global para **o módulo mínimo da equipe técnica**, respectivamente de:

VALOR TOTAL: R\$ 4.999.999,97 (quatro milhões novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos) indicado na Planilha de Custos do Orçamento de Referência do Anexo II.

VALOR TOTAL: R\$ 1.666.666,66 (um milhão seiscentos e sessenta e seis mil seiscentos sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) indicado na Planilha de Custos do Orçamento de Referência do Anexo II.

13.2. A contratação será feita mediante a necessidade da Codevasf, podendo haver contratação de um módulo até o máximo de três módulos, conforme o valor do módulo mínimo e do valor total da proposta.

13.3. Estão inclusos no valor acima, os custos indiretos, os encargos totais (sociais, complementares e adicionais), as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e orçamentação dos serviços constam da Planilha de Custos do Orçamento de Referência - Codevasf - Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência.

13.4. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base na CCT - Convenção Coletiva de Trabalho da Engenharia Consultiva, Arquitetura, Assessoramento de Projetos 2023-2025/SINDPEC e SINAENCO (referência: maio de 2024), na Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria DNIT (referência: abril de 2024, Bahia), sem desoneração, para os custos relativos à mão de obra, considerando os maiores valores das categorias profissionais que compõem o módulo; na Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Tabela 1 - Benefícios e Despesas Indiretas - BDI (referência: maio de 2024, Bahia) e na Tabela 2 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos - Tabela de Preços de Consultoria (mês de referência: abril de 2024), para os custos de insumos do apoio técnico, já inclusos os custos indiretos, encargos totais (sociais, complementares e adicionais), taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários e tabela de diárias da Codevasf e tabela FIPE (referência: setembro de 2024).

13.5. No valor de referência foram consideradas as seguintes taxas BDI: Despesas Indiretas, Benefícios e Tributos; e Encargos: Sociais, Complementares e Adicionais; conforme Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Tabela 1 - Benefícios e Despesas Indiretas e Tabela 1 -



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria, respectivamente:

- a) Despesas Indiretas (sobre o Custo Direto): Administração Central = 10%; Despesas Financeiras = 1,11 %; Riscos = 0,72%; Seguros e Garantias Contratuais = 0,14%.
- b) Benefícios (sobre o Custo Direto): Lucro = 12%.
- c) Tributos (sobre o Preço de Venda): PIS = 1,65%; COFINS = 7,60%; ISS = 5,00%. Observações: os percentuais descritos são aplicáveis sobre o PREÇO DE VENDA, observar correção para aplicação sobre CUSTOS DIRETOS na Planilha de Custos do Orçamento de Referência - Codevasf - Anexo II.
- d) BDI: 44,58%.
- e) Encargos Totais (Sociais, Complementares e Adicionais): estão detalhados por categoria profissional na aba PFS-VI Tabela Salarial_Encargos - abril-2024, Bahia - na Planilha de Custos do Orçamento de Referência - Codevasf - Anexo II.

13.6. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários para a contraprestação dos serviços, sob a gestão da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme Art. 17, do Decreto 11.462/2023.

14. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO, ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

14.1. A Contratada deverá enviar os relatórios, desenhos, produtos de levantamentos e medições das obras e serviços a serem fiscalizadas em formato digital, em versão editável (.doc, .docx, .xlsx, .txt, .dwg e afins) e em versão portátil de documentos (.pdf), para o e-mail do Fiscal designado do contrato, com cópia para o Gerente Regional de Infraestrutura, e para a Chefia da Unidade solicitante. quando solicitado, a Contratada deverá imprimir os projetos, relatórios, desenhos, produtos de levantamentos e medições das obras e serviços a serem fiscalizados.

14.2. A Contratada deverá fornecer todas as condições para que a sua equipe técnica execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização da Codevasf.

14.3. A Contratada deverá fornecer diárias para hospedagem e alimentação dos profissionais em trânsito, ou seja, que prestam serviços fora do município de Juazeiro/BA até o limite máximo proposto na Planilha de Custos do Orçamento de Referência da Codevasf - Anexo II.

14.4. A Contratada deverá fornecer EPI para os profissionais de campo como: botinas, capacetes, protetores auriculares, uniformes, creme para pele com protetor solar e etc., de acordo com o que a função requerer.

14.5. A Contratada deve realizar os serviços topográficos com equipamentos compatíveis para as especificações do serviço.

14.6. A Contratada deverá apresentar mensalmente uma programação das ações do mês subsequente para ser autorizada pelo fiscal da Codevasf e quaisquer ações urgentes deverão ser solicitadas e autorizadas pela Codevasf previamente.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 14.7. A Contratada deverá fornecer, quando solicitado, ART quitada do responsável técnico para as atividades de serviços topográficos e fiscalização/elaboração de projeto geométrico, assim como e TRT do Técnico Nível Médio, durante a realização de seus serviços, inclusive para as atividades solicitadas, onde conste exigência legal para o exercício profissional e responsabilidade técnica para os documentos técnicos elaborados.
- 14.8. Os profissionais apresentados na Relação de Profissionais somente poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, a qual deverá ser comprovada mediante a apresentação de documentação comprobatória à Codevasf. Neste caso, a documentação compreende:
- a) A CAT de serviços equivalentes ao objeto contratado realizados pelo(a) profissional que pretende substituir o(a) indicado(a) originalmente;
 - b) Currículo deste(a) profissional;
 - c) Cópia do documento que comprove o seu registro ativo no respectivo Conselho de Classe;
 - d) Documentação que atenda o item 11.1.
 - e) Caso a documentação apresentada não satisfaça os requisitos exigidos por este Edital para comprovar a experiência técnica do(a) profissional substituto(a), a Codevasf poderá recusar a substituição e caberá a empresa contratar outro(a) profissional que atenda os pré-requisitos estabelecidos.
- 14.9. A Contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização peças técnicas, relatórios mensais e relatório final, a saber:
- a) Elaboração de relatório mensal - documento a ser apresentado pela Contratada para medição dos serviços, que traduz o resultado mensal dos serviços ou de componentes dos serviços, com fotografias digitais.
 - b) Peças Técnicas Produzidas – Elaboradas pela Contratada, como desenhos de levantamento, projetos geométricos, relatórios de medições, fotos e desenhos, produtos topográficos e cartográficos, projetos executivos, pareceres técnicos, relatórios de fiscalização e supervisão técnica, relatórios de visita técnica e relatórios de enquadramento de vias.
 - c) Relatório Final – documento que apresentará a relação de profissionais que participaram da equipe técnica, o quantitativo final de peças técnicas produzidas, de diárias para hospedagem e alimentação, a relação de municípios visitados, além de descrever as lições aprendidas na gestão do contrato junto à Codevasf, a ser apresentado à fiscalização no momento do encerramento do contrato.
- 14.10. Elaboração de relatórios mensais de progresso das ações do programa - documento a ser apresentado pela Contratada, que traduz o resultado mensal dos serviços ou de componente dos serviços, com fotografias digitais do andamento dos serviços.
- 14.11. Relatório de acompanhamento de serviços - deverá ser entregue mensalmente na medição de execução dos serviços de apoio à fiscalização.
- 14.12. Relatório Final - documento de produção previsto ao término dos trabalhos, no qual a Contratada apresenta o relato de todos os serviços executados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 14.13. Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 14.14. As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.
- 14.15. A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.
- 14.16. Os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal e Final), bem como relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada em duas vias impressas e em meio digital.

15. FISCALIZAÇÃO

- 15.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 15.2. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela Contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 15.3. A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 15.4. Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da Contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 15.5. Deverá checar se a Contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 15.6. Tratar diretamente com a equipe de execução de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 15.7. Solicitar da Contratada a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 15.8. Acompanhar o cumprimento, pela Contratada, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela Contratada.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 15.9. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as devidas justificativas.
- 15.10. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 15.11. O fiscal do contrato terá 05 (cinco) a 15 (quinze) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela Contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.
- 15.12. Analisar e aprovar os relatórios mensal e final. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à Contratada.
- 15.13. Notificar a Contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 15.14. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.
- 15.15. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 15.16. Receber, analisar, emitir parecer e encaminhar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 15.17. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 15.18. Analisar e emitir Nota Técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 15.19. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da Contratada.
- 15.20. Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 15.21. Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 15.22. Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 15.23. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 15.24. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 15.25. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a Contratada mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 16.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10(dez) dias úteis após a assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitido por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da Contratada.
- 16.2. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Gerência Regional de Gestão Estratégica na 6ª Superintendência Regional da Codevasf.
- 16.3. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia deverá estar em vigor e com cobertura até 90 (noventa) dias após o término do prazo de execução do contrato.
- 16.4. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 16.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 16.6. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão contratual, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 16.7. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 16.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão contratual, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 16.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 17.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da Codevasf, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a Contratada deverá apresentar todos os relatórios exigidos, analisados e aprovados pela Codevasf.
- 17.2. Após o término dos serviços objeto deste Termo de Referência, a Contratada requererá à Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 17.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela Fiscalização um prazo para que a Contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 17.4. Após o recebimento provisório do objeto pela Fiscalização, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.
- 17.5. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a Contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 17.6. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da Contratada, possibilitando a liberação da garantia.
- 17.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da Contratada.
- 17.8. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 17.9. A Contratada entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
 - b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
 - c) Liberação da Caução Contratual.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

17.10. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

18. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

18.1. A Contratada deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, que altera a CLT, Portaria nº 3.214 do Ministério do Estado do Trabalho, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

19. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

19.1. Constituem obrigações da Licitante Contratada:

- a) Executar o serviço objeto desta licitação conforme condições, especificações, normas de ABNT e preços registrados, acompanhado da respectiva nota fiscal, indicando número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência, e conta corrente);
- b) Respeitar e seguir as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- c) Manter as condições exigidas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- d) Pagar todos os tributos devidos em decorrência do fornecimento, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos;
- e) Comunicar a Codevasf, através do e-mail sl@codevasf.gov.br, toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- f) Investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei nº 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

19.2. A Contratada deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da Contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho,



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.

- b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
- c) Relação de profissionais da equipe técnica com dedicação exclusiva para a execução de serviços objeto desta licitação, contendo em forma de lista as informações referentes a cada profissional. É imprescindível o fornecimento de: 1) nome completo; 2) número de inscrição no CREA ou Conselho de Classe da Categoria; 3) formação (curso, instituição, ano); 4) experiência (cargos, responsabilidades assumidas e projetos envolvidos); 5) observações consideradas relevantes.
- d) A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRTs referente ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.

19.3. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

19.4. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da Contratante em Brasília – DF (ou Superintendência Regional).

19.5. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

19.6. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.

19.7. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

19.8. Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.

19.9. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.

19.10. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA, CAU e Conselhos Técnicos.

19.11. A Contratada deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 19.12. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 19.13. A Contratada deverá apresentar à Administração do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega do protocolo da via assinada do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da Contratada. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.
- 19.14. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a Contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre “CAUÇÃO”.
- 19.15. A Contratada deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade Contratante e dos órgãos de controle interno e externo.
- 19.16. Caso a Contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989 ou legislação equivalente.
- 19.17. A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 19.18. Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 19.19. Caberá à Contratada obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 19.20. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da Contratada.
- 19.21. A Contratada será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 19.22. A Contratada deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

19.23. A Contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

19.24. A Contratada entende e aceita que é condicionante para na execução das obras e serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:

- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
- b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

19.25. A Contratada deverá disponibilizar veículos para sua equipe técnica conforme especificações e quantidades constantes da Planilha de Custos do Orçamento de Referência que integra o presente Termo de Referência.

19.26. Os veículos para essa finalidade, de cor preferencialmente branca, com os dizeres conforme especificação da Codevasf, deverão ser identificados com as seguintes inscrições, em atendimento à Resolução nº 9.674/01 – Codevasf:

<p style="text-align: center;">CODEVASF VEÍCULO A SERVIÇO DA CODEVASF EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS</p>
--

19.27. Ficará a Contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha de Custos do Orçamento de Referência.

19.28. Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída, com no máximo 3 anos de uso.

19.29. A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.

20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

20.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 20.3. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada, através de correspondências protocoladas.
- 20.4. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 20.5. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a Contratada, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 20.6. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 20.7. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 20.8. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 20.9. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 20.10. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 20.11. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

21. MATRIZ DE RISCO

- 21.1. A matriz de risco está apresentada no anexo IV deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 21.2. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da Codevasf.
- 21.3. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a Contratada.
- 21.4. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 21.5. A Contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 21.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 21.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 21.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 21.9. Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 21.10. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

22. CONDIÇÕES GERAIS

- 22.1. Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 22.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Contratada, independente de transições.
- 22.3. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

serviços prestados pela Contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

- 22.4. A Codevasf poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
- 22.5. Fica garantido à Codevasf, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.
- 22.6. O contrato a ser assinado com a Licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo da Codevasf, o alijamento da Contratada para com ela transacionar, independente de ação ou interpelação judicial cabível.
- 22.7. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Licitante vencedora, independente de transições. Na existência de divergências entre as diretrizes deste Termo de Referência e o Edital, prevalecem as do último.
- 22.8. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à 6ª Gerência Regional de Infraestrutura - 6ª GRD da Codevasf.
- 22.9. A Licitante deve considerar nos preços unitários correspondentes propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, seguros, lucro, despesas indiretas, etc.
- 22.10. Qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela Fiscalização, que se norteará pelo Termo de Referência, Especificações Técnicas, Cadernos de Encargos da Codevasf e NBR em vigor.
- 22.11. A Codevasf poderá ordenar à Contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência. A Contratada não terá o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.
- 22.12. O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser feito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.
- 22.13. Responsabiliza-se a Licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar a Codevasf e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação, conforme previsto no Art. 72 da Lei nº 13.303/16.
- 22.14. A Contratada obriga-se a reportar à Fiscalização imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da Codevasf.
- 22.15. A Contratada obriga-se a responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços objeto do procedimento licitatório, que eventualmente venham a ser solicitados pela Fiscalização do Contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

22.16. A Contratada compromete-se em aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, dentro do limite permitido em lei, conservando ou aumentando o percentual de desconto ofertado no período da Licitação, conforme previsto no Art. 14 do Decreto nº 7.983 de 08 de abril de 2013.

22.17. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Não são serviços de natureza continuada e possuem dedicação exclusiva da mão de obra.

23. DOCUMENTOS ANEXOS

23.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I: Detalhamento das Justificativas;
- Anexo II: Planilhas de Custos do Orçamento de Referência da Codevasf;
- Anexo III: Especificações Técnicas;
- Anexo IV: Matriz de Riscos;
- Anexo V: Mapa de Municípios da Área de Atuação da 6ª SR;
- Anexo VI: Modelo de Declaração Referente à Equipe Técnica;
- Anexo VII: Modelo de Relatório Mensal.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo I: Detalhamento das Justificativas

Objeto:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, nos municípios da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.

Conforme Orientação Normativa nº 54 de 25 de abril 2014, da AGU - Advocacia Geral da União, *“compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável”*.

Assim, declaramos que o tipo de serviço objeto deste Termo de Referência é de natureza comum e se caracteriza como serviço comum de engenharia, por se tratar de atividades de baixa complexidade e os serviços possuem padrões de desempenho objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado e com metodologia objetiva de medição dos padrões de desempenho e qualidade.

Ademais, a área técnica quer esclarecer que o objeto desta presente licitação, que trata da *prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia*, difere substancialmente do objeto de outra licitação em curso, que trata da *execução de serviços comuns de engenharia na área de topografia para apoio à fiscalização de contratos e convênios*. Pois, conforme apontado pela área jurídica em seu parecer, poder-se-ia aventar sobre uma duplicidade de licitação, quando afirma que o escopo dos serviços desta licitação, também possui alguns serviços relacionados à topografia, como levantamentos topográficos e verificação topográfica. Para esclarecer esse ponto, a área técnica relacionou no escopo de serviços presente no Termo de Referência desta licitação, em seus itens 5.1 a 5.19, uma série de serviços e atividades a serem executados e que fazem parte dos serviços comuns de engenharia que o apoio técnico à fiscalização terá que prestar no atendimento ao objeto desta licitação. Inclusive, claro, os serviços relacionados à topografia, que foi apontado no parecer, pois não há como o apoio técnico prestar seus serviços sem também executar trabalhos topográficos e até mais especializados como trabalhos de geodésia e agrimensura necessários à fiscalização e que requerem profissionais de nível técnico especializado para execução dessas atividades. Os serviços topográficos associados ao apoio técnico são indissociáveis de suas atividades, visto que faz parte do seu escopo a fiscalização de serviços topográficos realizados nos contratos e convênios da Codevasf. Ainda acrescentando, no rol de atividades de apoio que serão desenvolvidas para atender ao objeto desta licitação, os serviços topográficos representam, proporcionalmente, cerca de 20%, sendo que os outros 80% das atividades nos demais itens do escopo de serviços nem sequer foram percebidas ou consideradas na conclusão do parecer. Diferentemente, no objeto da outra licitação em curso, o escopo principal é de serviços topográficos e atividades de topografia, e representam, proporcionalmente, cerca de 86% do objeto da licitação.

Da necessidade da contratação:

A necessidade de contratação justifica-se por razões de interesse público, pois é de responsabilidade da Codevasf garantir a qualidade técnica e a efetividade da implementação de políticas públicas através das ações de execução direta, por meio de contratos, e indireta, por meio de convênios, entre outros, para fiel cumprimento de sua missão institucional.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

A Codevasf tem passado por um processo mais acelerado de expansão de sua área de atuação nos últimos 5 anos, em decorrência de atualizações legislativas, como é demonstrado pelo documento “Evolução da Divisão territorial da Codevasf” disponível no Apêndice. Por exemplo, a área de abrangência da 6ª Superintendência Regional - 6ª SR expandiu de 27 municípios para 205 entre 2018 e 2020.

O expressivo crescimento da alocação de recursos à Codevasf (Emendas Parlamentares, TED's e Convênios), devido ao crescimento da área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, resulta no aumento do volume de serviços e na excepcional necessidade de contratação de mão de obra especializada, atendendo ao artigo 4º, incisos II e III do Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018.

O quadro de servidores técnicos graduados desta instituição, embora tenha ganhado um implemento nos últimos quatro anos, ainda não é suficiente para a dimensão de tais eventos, deflagrando a imprescindibilidade desta contratação, caucionando o alcance das metas institucionais finalísticas, garantindo os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade.

Tendo em vista que a Codevasf não possui corpo técnico e estrutura suficiente para realização dos trabalhos objeto deste TR, in loco e nos prazos estabelecidos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, para dar suporte técnico à equipe da Codevasf, visando à eficiência e efetividade na fiscalização e acompanhamento de contratos, convênios, termos de compromisso serviços de fornecimento, de obras e serviços de engenharia, nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no estado da Bahia.

Os serviços terceirizados especializados demandados destinam-se prestação de serviços comuns de engenharia, definidos no art. 6º, inciso XXI, alínea “a” da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e conforme disposto no Decreto 9.507/2018, na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf – RILC e nas demais disposições a serem estabelecidas no Edital e seus Anexos, sendo necessários ao bom andamento dos serviços de fiscalização no âmbito da 6ª SR.

Os serviços são técnicos especializados por vários motivos entre os quais destacamos que serão serviços executados por profissionais com formação técnica específica, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe, com emissões de documentos técnicos, inclusive com as devidas anotações, registros ou termos de responsabilidade técnica, ou seja, só podem ser executados por profissionais especializados e que tenha expertise dentro da sua área/formação e com experiência em Apoio a Fiscalização.

Esta contratação permitirá um melhor gerenciamento dos serviços prestados, atendimento a demandas de contratos já firmados e contratos futuros, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à administração pública e/ou de comprometimento da qualidade dessas atividades.

Modalidade Licitatória:

Licitação Eletrônica. A Codevasf por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; e a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e o Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, regulamentam os procedimentos licitatórios e contratuais, no que couber, em especial, quanto à operacionalização do pregão eletrônico e licitações eletrônicas. Assim, a presente licitação reger-se-á pelas Leis nº 13.303/2016, nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 11.462/2023.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Pregão:

A modalidade de licitação escolhida - Pregão Eletrônico - é compatível com o objeto que se pretende contratar, nos exatos termos da Lei nº 14.133/2021, justificado pelo seu objeto, serviço comum de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica de contratos e convênios, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, que se enquadra no art. 6º, inciso XXI e alínea “a” desta lei, quando define que *“serviços comuns de engenharia são atividades ou conjunto de atividades que são estabelecidas, por força da lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, sendo todo serviço de engenharia que tem por objeto ações padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado”*.

A Lei nº 13.303/2016 prevê no Art. 32, inciso IV, a adoção preferencial da modalidade de licitação Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os de engenharia, sendo tal norma reproduzida no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf – RILC, em seu Art. 4º, inciso V. Importante destacar que a Lei nº 14.133/2021 revogou e substituiu a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, passando a regular a modalidade de licitação pregão.

Critério de Julgamento:

Menor preço. Conforme Art. 11 do Decreto 11.462/2023, será adotado o critério de menor preço sobre o preço estimado. Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste Termo de Referência, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

Modo de Disputa:

Aberto com orçamento público. Aberto, conforme Art. 56 da Lei nº 14.133/2021. Orçamento Público, conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz), nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários. Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela Contratada. A área técnica ainda optou em adotar o regime de execução por preço unitário por se tratar de execução de serviço comum de engenharia com probabilidade significativa de alteração nos quantitativos de serviços contratados. Além disso, não há projeto básico para execução do objeto dessa contratação. O regime de execução de empreitada por preço unitário será utilizado devido à natureza do objeto que possui imprecisão de quantitativo.

Artigo 43 - Lei nº 13.303/16: *“Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes: I - empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários.”*



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Sistema de Registro de Preços:

O procedimento licitatório auxiliar de Sistema de Registro de Preços - SRP é definido no inciso XLV da Lei nº 14.133/2021 e regido, atualmente, pelo Decreto nº 11.462/2023, conforme expressa autorização do Art. 138 do RILC.

Os serviços de apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica, objeto do presente pleito, podem ser considerados serviços comuns de engenharia, conforme enquadramento citado anteriormente. Ademais os referidos serviços se caracterizam como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, e pelas suas características operacionais são realizados com objetivo de suprir demandas e necessidades da Administração em contratações frequentes, visto que a empresa não possui profissionais de nível técnico suficientes para atendimento destes serviços. Desse modo, diante desses requisitos e com o devido enquadramento no inciso I do Art. 3º do Decreto 11.462/2023, *“quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes e frequentes”*, será possível adotar o Sistema de Registro de Preços diante de demandas padronizadas e que não seja serviço de engenharia complexo.

O Acórdão TCU nº 1381/2018 - Plenário possibilitou o registro de preços para contratação de serviços comuns de engenharia em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira. O quadro abaixo lista algumas contratações realizadas nos últimos anos, com o objeto de serviços de apoio técnico e supervisão técnica às atividades de fiscalização, a saber:

Ano	Editais/Contrato	Objeto	Início Vigência	Fim Vigência
2013	6.002.00/2013	Serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica de contratos e convênios para execução de serviços e ações sociais no âmbito do Programa Água Para Todos, nos municípios integrantes da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf.	01/04/2013	31/08/2013
2013	0.090.00/2013	Serviços de apoio técnico à coordenação, fiscalização e supervisão técnica de contratos e convênios das obras e ações, no âmbito do programa água para todos, na jurisdição da 6ª Superintendência Regional, sediada no município de Juazeiro, Bahia.	11/07/2013	12/07/2016
2019	6.144.00/2019	Execução dos serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios e doações de bens, em municípios da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, localizados no Estado da Bahia.	09/03/2020	10/09/2021
2021	6.029.00/2021	Execução dos serviços de apoio técnico e caracterização de vias urbanas e rurais, em diversos municípios inseridos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf.	01/11/2021	30/04/2022
2021	6.117.00/2021	Contratação dos serviços comuns de engenharia para apoio à fiscalização dos contratos, convênios, termos de compromissos e doações de máquinas e equipamentos a serem	05/01/2022	06/05/2023



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

		realizados nos municípios da área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, com sede em Juazeiro, no estado da Bahia.		
2022	6.0488.00/2022	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromisso, obras e serviços de engenharia e doações de máquinas e equipamentos, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, localizados no Estado da Bahia.	01/05/2023	02/08/2024
2023	6.0512.00/2023	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromisso, obras e serviços de engenharia e doações de máquinas e equipamentos, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, localizados no Estado da Bahia.	01/02/2024	01/02/2025

Diante das informações fica evidente que a contratação atende ao Decreto 11.462/2023, Art. 3º, Inciso I, quanto a necessidade de contratações frequentes.

Com relação ao Sistema de Registro de Preços (SRP), o formato permite a possibilidade de contratações futuras, ou seja, reduz o número de licitações, ganho em escala nos preços e melhor gestão orçamentária dos recursos liberados durante o ano cível.

A redução do número de licitações promove uma melhor eficiência da Administração Pública, permitindo a contratação imediata quando verificada a existência de uma necessidade administrativa, reduzindo assim, a burocracia.

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Não será admitida a divulgação da presente IRP, devido a necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório perante a perspectiva de liberação orçamentária nos últimos meses do exercício, uma vez que qualquer atraso poderá comprometer as contratações, trazendo prejuízos ao interesse público, considerando ainda a possibilidade jurídica de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços, conforme § 1º, do Art. 86, Da Lei nº 14.133/2021, Acórdão 2618/2018-Plenário TCU e Art. 31 e §6º do Art. 32 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, então solicitamos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Não Obrigatoriedade de Visita:

Acerca da finalidade da realização de visita técnica – também chamada de visita prévia – o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. Porém, é preciso reconhecer que a referida exigência limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto. Em virtude disso, para que a visita técnica seja legal, é imprescindível a demonstração da indispensabilidade de sua realização para a perfeita execução do contrato”.

Diante deste fato, bem como o tipo de objeto, entendemos desnecessária a visita, nem obrigatória e nem agendada, bem como, a autodeclarada. Nessa linha, o TCU tem se manifestado no sentido de que somente pode ser exigida a visita técnica em casos excepcionais, isto é, nas situações em que a complexidade ou natureza do objeto a justifiquem.

Orçamento de Referência:

A Codevasf adotou como referência na sua orçamentação a CCT - Convenção Coletiva de Trabalho da Engenharia Consultiva, Arquitetura, Assessoramento de Projetos 2023-2025/SINDPEC e SINAENCO e a Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria DNIT, vigentes à data da orçamentação, para os custos relativos à mão de obra considerando os maiores valores de salários-base das categorias profissionais que compõem o módulo mínimo, contemplando assim todos os profissionais elencados na equipe técnica dimensionada para atendimento ao objeto deste Termo de Referência do qual faz parte da Planilha de Custos do Orçamento de Referência.

Os demais custos que compõem o orçamento de referência, relativos ao BDI e aos insumos do apoio técnico foram elaborados a partir da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Tabela 1 - Benefícios e Despesas Indiretas - BDI (referência: maio de 2024, Bahia) e na Tabela 2 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos - Tabela de Preços de Consultoria (mês de referência: abril de 2024), já inclusos os custos indiretos, encargos totais (sociais, complementares e adicionais), taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários e tabela de diárias da Codevasf e tabela FIPE (referência: setembro de 2024).

As datas de referência das tabelas utilizadas são as mais atualizadas e vigentes quando da elaboração da Planilha de Custos do Orçamento de Referência. E a utilização dessas tabelas para a formação dos preços e orçamentação dos custos que não envolvem mão de obra foram adotadas consoante com a Instrução de Serviço da Diretoria Geral nº 03 de 07/03/2012, do Departamento de Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, no seu Art. 1º que resolve: “Os orçamentos referenciais e as composições de custo para os serviços de engenharia consultiva serão elaborados a partir da Tabela de Preços de Consultoria, gerenciada pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes”, visto que a Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, contempla todas as categorias de profissionais, instalações, equipamentos e custos diversos dos serviços que a equipe de apoio técnico utilizará nas atividades de apoio e supervisão para atendimento ao objeto deste Termo de Referência.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Os serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização são serviços de alta relevância à administração pública, pois são pré-requisitos para liberação de pagamentos às contratadas no âmbito desta superintendência. Em virtude desta relevância é importante contratar profissionais que tenham experiência na obtenção dos dados técnicos. Portanto, não houve utilização de SICRO ou SINAPI, pois estas referências não contêm a especificidade desta contratação.

A licitante deverá observar na apresentação de sua proposta, o que prevê o Art. 5º do Decreto nº 12.174/2024 e o ACÓRDÃO Nº 1207/2024 - TCU.

Divulgação do valor orçado:

De modo a servir de referência para os licitantes, faz-se relevante a divulgação do orçamento estimado pela Codevasf, conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU: *“Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.”*

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados num prazo de um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme o Art. 17 do Decreto nº 11.462/2023, *“a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários para a contraprestação dos serviços, somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil”*.

Aspectos ambientais:

Para a execução do objeto deste Termo de Referência não será necessário licenciamento ambiental, por se tratar de intervenção de nenhum impacto e até mitigação de problema ambiental.

Aprovação do Termo de Referência:

O Termo de Referência deverá ser aprovado por ato da autoridade competente, conforme Resolução a ser inserida ao processo.

Adesão à Ata de Registro de Preços:

Será permitida adesões à Ata de Registro de Preços obedecendo às orientações do decreto 11.462/2023. A área técnica não vê empecilho em prever no edital a autorização de adesões para qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não participe do certame licitatório, considerando os seguintes argumentos:

Ao participar do SRP, o licitante sabendo que outros órgãos podem solicitar adesões, ele pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador, já que o licitante poderá ofertar um quantitativo superior ao que está sendo licitado pelo órgão gerenciador, aumentando assim o seu faturamento;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeras empresas, aumentando assim a competitividade, e consequentemente a redução dos preços unitários, já que os licitantes podem executar os serviços para diversos órgãos;

Por outro lado, para os órgãos que pegam carona no SRP há inúmeras vantagens, dentro das quais podemos citar:

Agilidade no processo de execução dos serviços, já que o mesmo não precisa realizar um processo licitatório, principalmente na execução de pequenas quantidades;

Às vezes, dependendo da necessidade e das condições orçamentárias, certos órgãos só têm condições de executar quantitativos inferiores, o que de certa forma, nas licitações desses órgãos, os preços ofertados pelos licitantes não são competitivos quando comparados aos de outros órgãos que licitam esses mesmos itens em quantidades bem superiores.

Justificativa para o Reajustamento:

Justifica-se a adoção das regras do reajustamento de preços amplo (repactuação concomitante com reajuste) nesta licitação, por contemplar serviços de natureza não contínua com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos e materiais diversos não relacionados a mão de obra, cabendo destacar que a partir de uma análise sistemática, a Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos da CGU/AGU, considera viável a combinação entre repactuação para os insumos relacionados à mão de obra e a adoção de índices específicos, setoriais ou gerais para reajustamento dos insumos e materiais a ela não relacionados, quando se tratar de regime com dedicação exclusiva de mão de obra, dispensando-se a Administração de realizar pesquisa, levando em conta os aspectos do art. 57, § 2º, da IN 05/2017, para demonstrar o aumento desses custos. Ou seja, é possível o uso concomitante do reajuste e da repactuação, desde que haja dedicação exclusiva de mão de obra e insumos e materiais não relacionados à mão de obra.

A repactuação dos custos de mão de obra do contrato visa à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, mediante a demonstração analítica dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, item 10.1. Para a repactuação da parcela referente aos custos de mão de obra, a Licitante deverá apresentar, em sua proposta de repactuação, cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, quando a data do orçamento se referir a alguns desses eventos. Em caso de omissão da Licitante na indicação da data desse evento, marco inicial para contagem do prazo de repactuação, prevalecerá a data de apresentação da proposta

Os reajustes envolvendo insumos não decorrentes da mão de obra, tais como: veículos, custos de escritório, equipamentos, serviços gráficos e outros serão efetuadas com base no índice especificado no item 10.2 deste Termo de Referência, ou seja, o índice de código 157980 – FGV – Série 4 – Índice de Obras Rodoviárias - Consultoria (Supervisão e Projetos), encontrado na tabela de índices da FGV/IBRE, da revista “Conjuntura Econômica” publicado pela Fundação Getúlio Vargas, por se tratar do índice que melhor representa a correção do valor dos custos de insumos e materiais referentes a esta parcela que compõe os contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra que envolvem duas parcelas de custos na formação dos seus preços. Os custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta, conforme Art. 135, inciso I, da Lei 14.133/2021.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Quantitativo mínimo para qualificação técnica:

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada. As exigências contidas neste Termo de Referência se justificam em função da necessidade de “seleção” de empresas com capacidade técnica, executiva e experiência comprovada para execução do objeto do presente Termo de Referência. Reforçamos que a súmula nº 263 do TCU interpreta como legal a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo guardar proporção com a dimensão e complexidade do objeto, assim, partindo dessa estruturação lógica, considerando que as principais ações da Codevasf serão voltadas para pavimentação, obras civis, poços, entre muitas outras, os mesmos foram adotados como pertinentes na comprovação de tal capacidade e estimados quantitativos dentro de um mínimo para garantir a expertise da licitante.

A 6ª Superintendência Regional da Codevasf todos os anos elabora termos de referência para contratação de diversos objetos, inclusive de serviços de engenharia. Em anos anteriores cobrou-se das empresas participantes comprovação de qualificação técnica de 30% sobre as parcelas mais relevantes. Porém, percebeu-se que, durante a execução dos contratos, as empresas contratadas apresentaram algumas dificuldades de gestão e atendimento às demandas solicitadas.

Para este certame de 2024, a 6ª Superintendência Regional solicita que a licitante comprove a execução das quantidades mínimas dos serviços elencados no item 11.1c do TR no percentual de 40% (quarenta), por atender as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, não restringindo o caráter competitivo da licitação, em consonância as recomendações do TCU, Súmula 263 e Acórdão 2924/2019 Plenário.

Qualificação econômica financeira:

Considerando o previsto no Art. 69, §2º da Lei 14.133/2021 e no item 11.2 do anexo VII-A da IN 05/2017, que expõe a possibilidade de adaptação dos critérios de qualificação econômico-financeira, com requisitos diferenciados, diante da especificidade do objeto em relação aos serviços não continuados, a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante análise dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos com índice maior que 1 (um), conforme Art. 24 da IN 03/2018, como também a Contratada deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como permite o art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Esta comprovação, para fins de qualificação econômica financeira, justifica-se para minimizar o risco de contratação de empresas sem condições de atender ao objeto do contrato. Assim, visando a contratação de empresas qualificadas, esta superintendência resolve solicitar a qualificação econômica financeira descrita neste parágrafo, ressaltando o dever de sempre observar a necessidade de ampliação da competição no certame, além de evitar o direcionamento da licitação.

Diferença Mínima entre os Lances:

Conforme Art. 31, § único do Decreto 10.024/2019 o intervalo mínimo da diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para as empresas reduzirem seus lances em relação ao último lance ofertado, visto que este valor representa um valor confortável em relação ao valor total que é de R\$ 4.999.999,97 (quatro



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

milhões novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

A Licitante deverá atentar à inexecuibilidade em sua proposta observando o §3º do Art. 56 da Lei 13.303/2016.

Análises de Custos:

Os custos foram analisados por profissional responsável que emitiu parecer, conforme Regulamento Interno de Contratos e Licitações e em atendimento ao Art. 29, *“para a contratação de obra ou serviço de engenharia, o procedimento de pesquisa de preços a ser realizado nas licitações deverá observar as determinações normativas em vigor, notadamente a Lei nº 13.303/2016, e, subsidiariamente, no que couberem, as disposições deste Regulamento e demais normativos internos, bem como o Decreto nº 7.893/2013”*.

Foram utilizados como base de referência a CCT - Convenção Coletiva de Trabalho da Engenharia Consultiva, Arquitetura, Assessoramento de Projetos 2023-2025/SINDPEC e SINAENCO (referência: maio de 2024), na Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria DNIT (referência: abril de 2024, Bahia), sem desoneração, para os custos relativos à mão de obra, considerando os maiores valores das categorias profissionais que compõem o módulo; na Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Tabela 1 - Benefícios e Despesas Indiretas - BDI (referência: maio de 2024, Bahia) e na Tabela 2 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos - Tabela de Preços de Consultoria (mês de referência: abril de 2024), para os custos de insumos do apoio técnico, já inclusos os custos indiretos, encargos totais (sociais, complementares e adicionais), taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários e tabela de diárias da Codevasf e tabela FIPE (referência: setembro de 2024).

Permite Participação de Consórcios/Cooperativas/Subcontratações:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade. Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 05/2017. Não será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Justificativa para o não parcelamento:

Não se justifica o parcelamento dos serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, uma vez que os profissionais mantêm grau de dependência em suas atividades, com diferentes formações e especialidades, para atender as mais variadas atividades técnicas realizadas pela Codevasf no desenvolvimento regional da sua área de abrangência. Contudo, o não parcelamento não implicará no processo de disputa e poderá agregar em economia de escala, uma vez que a licitante vislumbrará a possibilidade de uma contratação com maior prazo na prestação dos serviços.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Projeto Executivo:

As qualificações dos técnicos com suas funções e atribuições, todas as especificações dos serviços a serem desenvolvidos pela equipe de apoio à fiscalização, com supervisão técnica dos serviços, apoio em elaboração de projetos e apoio técnico-administrativo na execução de contratos e convênios, que compõem este Termo de Referência e seus anexos constituem o Projeto Executivo deste objeto a ser licitado.

Garantias do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer a legislação e normativos dos Conselhos Técnicos, com emissões das Anotações, Registro e/ou Termo de Responsabilidade Técnica, para todos os trabalhos técnicos produzidos, garantido dessa forma a responsabilidade perante o objeto e segurança do trabalho. A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, que deverá ser apresentada no prazo máximo de dez dias úteis contados da data do recebimento da via do contrato assinada, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da Contratada. É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa Contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.

De modo a garantir o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas dos contratos administrativos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como para a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato é recomendável a utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento por Fato Gerador, devendo a gestão optar pela forma que melhor se adequa às especificidades da contratação, de maneira justificada. Destaque-se que o ANEXO VII-B da IN nº 5, de 26 de maio de 2017, apresenta DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, prevê como obrigatório o cumprimento desta regra para atendimento do art. 18 da referida Instrução Normativa. Além disso, a Lei 14.133/21 disciplina o dever de utilização da Conta-Depósito Vinculada para a contratação de serviços terceirizados continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o que demonstra a intenção de salvaguardar o empregado e a própria Administração Pública quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. Por essa razão, cabe observar os citados dispositivos a seguir: Art. 121 da Lei 14.133/2021 e Art. 17 e 18 da Instrução Normativa 05/2017.

Matriz de Risco:

Entende-se Matriz de Risco como sendo uma ferramenta de gerenciamento utilizada para identificar e determinar o tamanho de um risco e possibilitar as ações de impedimento ou controle. Sua utilização se faz necessário em obras e serviços de engenharia sempre que o objeto apresentar elevada complexidade ou riscos durante sua execução. Dessa forma, levando em consideração os riscos envolvidos ao longo da execução desse objeto, e não havendo impedimentos legais para aplicação deste instrumento, optamos pela sua utilização, conforme Art. 69, inciso X da Lei 13.303/2016.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo II: Planilhas de custos do orçamento de referência da Codevasf

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

PROPOSTA FINANCEIRA DE SERVIÇOS

CÓDIGO:

PFS

EDITAL:

NOME DA EMPRESA:

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PREVISTOS

MÃO-DE-OBRA

B1 - TOTAL DE SALÁRIO DA EQUIPE COM VÍNCULO - (PFS-I Equipe Técnica)	823.801,32
B - TOTAL DOS CUSTOS DE SALÁRIOS DA EQUIPE	823.801,32
C1 - ENCARGOS TOTAIS - (PFS-I Equipe Técnica / PFS-VI)	1.021.725,60
C - TOTAL DOS CUSTOS COM ENCARGOS SOCIAIS	1.021.725,60
D2 - CUSTO TOTAL DAS DIÁRIAS - (PFS-II - Viagens)	601.784,18
D - TOTAL DO CUSTO COM VIAGENS	601.784,18

MANUTENÇÃO OPERACIONAL

1 - CUSTO DOS VEÍCULOS - (PFS-III, ITEM 1)	661.542,85
2 - CUSTO DE ESCRITÓRIO E EQUIPAMENTOS - (PFS-III, ITEM 2)	345.494,76
3 - SERVIÇOS GRÁFICOS/COMPUTAÇÃO (RELATÓRIOS E MEDICÕES) - (PFS-III, ITEM 3)	3.944,25
E - TOTAL DOS PREÇOS COM MANUTENÇÃO OPERACIONAL	1.010.981,86
TOTAL DOS CUSTOS DIRETOS	3.458.292,96

DESPESAS INDIRETAS

F1 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL = (10% SOBRE O CUSTO DIRETO)	345.829,30
F2 - DESPESAS FINANCEIRAS = (1,11% SOBRE O CUSTO DIRETO)	38.387,05
F3 - RISCOS = (0,72% SOBRE O CUSTO DIRETO)	24.899,71
F4 - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS = (0,14% SOBRE O CUSTO DIRETO)	4.841,61
TOTAL DO CUSTOS INDIRETOS	413.957,67

BENEFÍCIOS

G - REMUNERAÇÃO DA EMPRESA (LUCRO) = (12,0% SOBRE O CUSTO DIRETO)	LUCRO	414.995,16
---	--------------	-------------------

TRIBUTOS

H1 - PIS (1,65% DO PREÇO DE VENDA)	82.653,20
H2 - COFINS (7,60% DO PREÇO DE VENDA)	380.066,40
H3 - ISS (5,00% DO PREÇO DE VENDA)	250.034,58
TOTAL DE TRIBUTOS	712.754,18

TOTAL DA PROPOSTA POR ANO PARA 3 EQUIPES 4.999.999,97**TOTAL DA PROPOSTA POR ANO PARA O MÓDULO MÍNIMO 1.666.666,66**


NOME DO INFORMANTE:


QUALIFICAÇÃO:

ASSINATURA:

DATA:

OBSERVAÇÃO:

<div><div></div><div><div>Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR</div><div>Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba</div></div></div>																	
SALÁRIOS DA EQUIPE TÉCNICA														CÓDIGO: PFS- I			
NOME DA EMPRESA:																	
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.														EDITAL:			
EQUIPE TÉCNICA							COMPOSIÇÃO DOS SALÁRIOS POR PROFISSÃO/FUNÇÃO							CUSTOS TOTAIS			
			Quantidade	Número	Número de	Número	SALÁRIO	ENCARGOS	DESPESAS	BENEFÍCIOS	DESPESAS FISCAIS	SALÁRIO	HORA	SALÁRIO SEM ENCARGOS	ENCARGOS TOTAIS		
Referência	Código	PROFISSÃO/FUNÇÃO	Funcionário	mês no ano	ano contrato	mês no contrato	CATEGORIA	TOTAIS	INDIRETAS	LUCRO	TRIBUTOS	MENSAL	TÉCNICA	B1	B2		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)		
		EQUIPE COM VÍNCULO															
CCT 2023-2025	P8038	Chefe de escritório	3	12	1	36	3.601,50	3.956,61	904,71	1.015,54	1.350,67	10.829,03	61,53	129.654,00	142.437,88		
CCT 2023-2026	P8147	Técnico de obras	12	12	1	144	3.194,10	3.633,93	817,32	917,44	1.220,20	9.782,99	55,59	459.950,40	523.285,57		
TC DNIT-BA	P8025	Auxiliar	9	12	1	108	1.554,37	2.432,51	477,23	535,69	712,47	5.712,27	32,46	167.871,96	262.702,83		
TC DNIT-BA	P8026	Auxiliar administrativo	3	12	1	36	1.842,36	2.591,71	530,76	595,78	792,39	6.353,00	36,10	66.324,96	93.299,32		
TOTAL MENSAL DOS SALÁRIOS SEM ENCARGOS DA EQUIPE														823.801,32	1.021.725,60		
NOME DO INFORMANTE:										QUALIFICAÇÃO:							
ASSINATURA:														DATA:			
OBSERVAÇÃO: 1 - UTILIZAR A REFERÊNCIA DE CATEGORIA DA TABELA DE CONSULTORIA DO DNIT PFS-VI TABELA SALARIAL_ENCARGOS 2- UTILIZAR OS CÓDIGOS INDICADOS NA TABELA DE CONSULTORIA DO DNIT PFS-VI TABELA SALARIAL_ENCARGOS 3 - INDICAR AS PROFISSÕES/FUNÇÕES DA EQUIPE DE PROFISSIONAIS INDICADOS NA TABELA DE CONSULTORIA DO DNIT PFS-VI TABELA SALARIAL_ENCARGOS 4 - INDICAR A QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS DA CADA CATEGORIA 5 - INDICAR A QUANTIDADE DE MESES DE TRABALHO DA CATEGORIA 6 - INDICAR A QUANTIDADE DE ANOS DO CONTRATO DE TRABALHO DA CATEGORIA 7 - PLANILHA CALCULA O NÚMEROS DE MESES DO CONTRATO DE CADA CATEGORIA 8 - INDICAR O SALÁRIO BASE DA CATEGORIA INDICADO NA TABELA DE CONSULTORIA DO DNIT PFS-VI TABELA SALARIAL_ENCARGOS 9 - ENCARGOS TOTAIS (ENCARGOS SOCIAIS, ENCARGOS COMPLEMENTARES E ENCARGOS ADICIONAIS), PERCENTUAIS INDICADOS NA TABELA DE CONSULTORIA DO DNIT PFS-VI TABELA SALARIAL_ENCARGOS 10 - DESPESAS INDIRETAS (ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, DESPESAS FINANCEIRAS, RISCOS, SEGUROS E GARANTIAS), PERCENTUAIS DA TABELA DE BENEFÍCIOS E DEPESAS INDIRETAS - BDI DO DNIT 11- REMUNERAÇÃO DA EMPRESA (LUCRO), APLICAR NO MÁXIMO 12,00% SOBRE O SALÁRIO DA CATEG + ENCARGOS SOCIAIS + CUSTO DE ADM. 12 - DESPESAS FISCAIS - TRIBUTOS, APLICAR OS PERCENTUAIS SOBRE O SALÁRIO DA CATEGORIA + ENCARGOS TOTAIS + DESPESAS INDIRETAS + LUCRO 13- PREÇO DO HOMEM MÊS POR CATEGORIA = SOMATÓRIO DOS ITENS (8) + (9) + (10) + (11) +(12) 14- PREÇO DA HORA TÉCNICA = (13) / 176 15- SALÁRIOS SEM ENCAROS DE B1 = SALARIO DOS EMPREGADOS COM VÍNCULO X QTD HOMEM MÊS. EXPORTAR O TOTAL PARA LINHA B1 DO PFS 16 - ENCARGOS TOTAIS DE C1 = SALÁRIO DOS EMPREGADOS COM VÍNCULO X PERCENTUAL DE ENCARGOS TOTAIS. EXPORTAR O TOTAL PARA A LINHA C1 DO PFS																	

<div><div></div><div>Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba</div></div>											
VIAGENS DA EQUIPE TÉCNICA								CÓDIGO: PFS-II			
NOME DA EMPRESA:										EDITAL:	
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.											
Referência	Código	Cargo-Função	Nº de Funcionário	Nº dias trabalhando em campo por mês	Total do meses no contrato	ROTEIRO	DIÁRIAS				
							QTD / CONTRATO	CUSTO		PREÇO	
UNITÁRIO	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL								
TC DNIT-BA	P8147	Técnico de obras	7	16	84	Deslocamentos de Juazeiro aos municípios da área de abrangência da 6ª SR transportados nos veículos do contrato	1344	223,88	300.892,09	323,68	435.025,92
TC DNIT-BA	P8025	Auxiliar técnico	7	16	84	Deslocamentos de Juazeiro aos municípios da área de abrangência da 6ª SR transportados nos veículos do contrato	1344	223,88	300.892,09	323,68	435.025,92
TOTAIS DE CUSTOS E DE PREÇOS DE PASSAGENS E DIÁRIAS							2.688		601.784,18		870.051,84
NOME DO INFORMANTE:							QUALIFICAÇÃO:				
ASSINATURA:										DATA:	
OBSERVAÇÕES: 1 - UTILIZAR A REFERÊNCIA DE CATEGORIA DA TABELA DE CONSULTORIA DO DNIT PFS-VI TABELA SALARIAL_ENCARGOS 2 - UTILIZAR OS CÓDIGOS INDICADOS NA TABELA DE CONSULTORIA DO DNIT PFS-VI TABELA SALARIAL_ENCARGOS 3 - INDICAR AS PROFISSÕES/FUNÇÕES DA EQUIPE DE PROFISSIONAIS INDICADOS NA TABELA DE CONSULTORIA DO DNIT PFS-VI TABELA SALARIAL_ENCARGOS 4 - INDICAR A QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS DA CADA CATEGORIA 5 - INDICAR A QUANTIDADE DE DIAS DE CAMPO DA CATEGORIA A SEREM TRABALHADO NO MÊS 6 - PLANILHA CALCULA O NÚMEROS DE MESES DO CONTRATO DE CADA CATEGORIA 7 - ROTEIRO GERAL DAS VIAGENS DE CAMPO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 6ª SR CODEVASF 8 - QUANTIDADE TOTAL DE DÁRIAS DOS PROFISSIONAIS DE CADA CATEGORIA DURANTE O CONTRATO 9 - CUSTO UNITÁRIO DA DIÁRIA PARA CADA CATEGORIA 10 - CUSTO TOTAL DE DO ITEM SEM BDI. EXPORTAR O TOTAL DO CUSTO COM PASSAGENS E DIÁRIAS PARA A LINHAS "D2" DO PFS 11 - CUSTO UNITÁRIO DA DIÁRIA PARA CADA CATEGORIA COM BDI 12 - PREÇO = CUSTO TOTAL DO ITEM COM BDI											

**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

MANUTENÇÃO OPERACIONAL							CÓDIGO:							
							PFS-III							
NOME DA EMPRESA:														
OBJETO:									EDITAL:					
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.														
DISCRIMINAÇÃO						Nº	QTD MÊS/ANO	ANO DE CONTRATO	MÊS / CONTRATO	UND	CUSTOS ²		PREÇOS ³	
											UNT	TOTAL	UNT	TOTAL
1 VEICULOS - Referência: Composição de Custos de Veículos Codevasf														
1.1 Veículo leve (sem motorista), com ar-condicionado, incluindo despesas com combustível, óleos, manutenção, licenciamento, seguros, impostos, etc.						6	12	1	72	mês	5.957,97	428.973,61	8.614,03	620.210,16
1.2 Veículo leve picape (sem motorista) com ar-condicionado, incluindo despesas com combustível, óleos, manutenção, licenciamento, seguros, impostos, etc.						3	12	1	36	mês	6.460,26	232.569,24	9.340,24	336.248,64
Total dos custos e preços dos aluguéis dos veículos da fiscalização												661.542,85		956.458,80
DISCRIMINAÇÃO						Nº	QTD MÊS/ANO	ANO DE CONTRATO	MÊS / CONTRATO	UND	CUSTOS ²		PREÇOS ³	
											UNT	TOTAL	UNT	TOTAL
2 ESCRITÓRIO, MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO, EQUIPAMENTOS DE CAMPO E CUSTOS DIVERSOS DE ESCRITÓRIO - Referência: Tabela 2 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos - Tabela de Preços de Consultoria do DNIT														
2.1 Imóvel Comercial (B8951)						3	12	1	36	mês	2.426,02	87.336,60	3.507,54	126.271,44
2.2 Mobiliário de escritório (B8953)						3	12	1	36	mês	2.365,00	85.140,00	3.419,32	123.095,52
2.3 - Topografia (B8958)						3	12	1	36	mês	3.325,33	119.711,88	4.807,76	173.079,36
2.4 - Topografia por VANT (B8961)						3	12	1	36	mês	808,88	29.119,68	1.169,48	42.101,28
2.5 - Custos diversos de escritório (B8959)						3	12	1	36	mês	671,85	24.186,60	971,36	34.968,96
Total dos custos e preços da manutenção e administração do escritório de campo da contratada												345.494,76		499.516,56
DISCRIMINAÇÃO						Nº	QTD MÊS/ANO	ANO DE CONTRATO	MÊS / CONTRATO	UND	CUSTOS ²		PREÇOS ³	
											UNT	TOTAL	UNT	TOTAL
3 SERVIÇOS GRÁFICOS/COMPUTAÇÃO (RELATORIOS E MEDICOES)														
3.1 Relatório Mensal de Andamento – Elaborado pela contratada, da medição física-financeira dos serviços, comparando com o total contratado, os serviços físicos e financeiros medidos, com registros fotográficos e o saldo contratual a realizar, conforme modelo da Codevasf para Medição de contrato.						3	12	1	36	unid	22,56	812,16	32,62	1.174,32
3.2 Peças Técnicas Produzidas - Elaboradas pela contratada, como desenhos de levantamento, projetos geométricos, relatórios de medições mensais, fotos e desenhos, produtos topográficos e cartográficos, contendo todas as atividades e eventos realizados na área de apoio técnico, agrimensura/topográficas, com soluções e esclarecimentos técnicos, com pareceres técnicos (com ART) e relatórios técnicos (com ART), caso necessários.						3	12	1	36	unid	41,69	1.500,84	60,28	2.170,08
3.3 Relatório Final, com ART do responsável pela fiscalização descrevendo o gerenciamento dos serviços de apoio técnico, serviços de técnico desenhista/cadista, serviços administrativos diversos.						3	1	1	3	unid	543,75	1.631,25	786,15	2.358,45
Total dos custos e preços da manutenção e administração do escritório de campo da contratada												3.944,25		5.702,85
NOME DO INFORMANTE:											QUALIFICAÇÃO:			
ASSINATURA:											DATA:			
OBSERVAÇÃO:														
1. Aluguel de veículos inclui combustível e manutenção														
2. Custo do item sem BDI														
3. Preço = Custo do item com BDI														
4. Exportar "total custo" para a linha correspondente no PFS. Os preços serão aplicados para fins de faturamento.														

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

DETALHAMENTO DAS DESPESAS INDIRETAS		CÓDIGO:	
NOME DA EMPRESA:		PFS-IV	
OBJETO:		EDITAL:	
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.			
SEQ.	DISCRIMINAÇÃO	VALORES	
		%	R\$
1	Custos da equipe da administração central da empresa consultora (diretoria, responsável técnico, pessoal técnico de apoio e pessoal administrativo não diretamente vinculado à prestação dos serviços)	10,00	345.829,30
2	Despesas Financeiras	1,11	38.387,05
3	Riscos	0,72	24.899,71
4	Seguros e Garantias Contratuais	0,14	4.841,61
TOTAIS DAS DESPESAS INDIRETAS		11,97	413.957,67
NOME DO INFORMANTE:		QUALIFICAÇÃO:	
ASSINATURA:		DATA:	
OBSERVAÇÃO:			
1 - RELACIONAR OS CUSTOS DE DESPESAS INDIRETAS COM RESPECTIVOS PERCENTUAIS INCIDENTES NA MÃO -DE-OBRA DOS SERVIÇOS			

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

DETALHAMENTO DOS TRIBUTOS		CÓDIGO: PFS-V	
NOME DA EMPRESA:			
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.			EDITAL:
DISCRIMINAÇÃO ¹	VALORES		
	% sobre PV ²	% sobre CD ³	R\$
1 - PIS	1,65	2,39	82.653,20
2 - COFINS	7,60	10,99	380.066,40
3 - ISS	5,00	7,23	250.034,58
TOTAIS DOS TRIBUTOS	14,25	20,61	712.754,18
NOME DO INFORMANTE:		QUALIFICAÇÃO:	
ASSINATURA:		DATA:	
Observação: 1 - DISCRIMINAR OS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE OS CUSTOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS 2 - % sobre PV INDICAR OS % DE CADA TRIBUTO E A SOMA DOS MESMOS CONFORME TABELA 1 - TABELA DE PREÇOS DE CONSULTORIA DNIT (ex: ISS 5% + PIS 1,65% + COFINS 7,60% = 14,25%) 3 - % sobre CD INDICAR OS % DE CADA TRIBUTO E A SOMA DOS MESMOS CONFORME TABELA 1 - TABELA DE PREÇOS DE CONSULTORIA DNIT (ex: ISS 7,23% + PIS 2,39% + COFINS 10,99% = 20,61%)			



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

TABELA SALÁRIOS DE PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA CONSULTIVA																CÓDIGO: PFS-VI								
NOME DA EMPRESA:																								
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.																				EDITAL:				
Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria - mês de referência: abril de 2024																								
Código Engenharia Consultiva	Categoria	Unid.	Salário	Encargos Sociais %	Encargos Sociais (R\$)	Encargos Complementares										Encargos Adicionais						Encargos Totais		Valor Total
						Alimentação		EPI		Ferramenta		Transporte		Exam. Ocupacional		Cesta Básica		Assistência Médica		Seguro de Vida				
						%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	
CCT 2023-2025	Chefe de escritório	mês	3.601,50	79,40%	2.859,59	20,93%	753,79	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,52%	18,73	0,09%	3,24	0,00%	0,00	8,62%	310,45	0,30%	10,80	109,86%	3.956,61	7.558,11
CCT 2023-2026	Técnico de obras	mês	3.194,10	80,21%	2.561,99	22,19%	708,77	0,88%	28,11	0,00%	0,00	0,91%	29,07	0,12%	3,83	0,00%	0,00	9,14%	291,94	0,32%	10,22	113,77%	3.633,93	6.828,03
P8025	Auxiliar	mês	1.554,37	81,47%	1.266,34	45,22%	702,89	1,96%	30,42	0,10%	1,56	8,09%	125,77	0,40%	6,15	0,00%	0,00	18,62%	289,39	0,64%	9,98	156,49%	2.432,51	3.986,88
P8026	Auxiliar administrativo	mês	1.842,36	80,18%	1.477,20	38,15%	702,89	0,00%	0,00	0,00%	0,00	5,89%	108,49	0,20%	3,75	0,00%	0,00	15,71%	289,39	0,54%	9,98	140,67%	2.591,71	4.434,07
NOME DO INFORMANTE:																QUALIFICAÇÃO:								
ASSINATURA:																DATA:								

Observações:

CCT 23-25 - Convenção Coletiva de Trabalho da Engenharia Consultiva, Arquitetura, Assessoramento de Projetos 2023-2025 / SINDPEC e SINAENCO - mês de referência: maio de 2024
<https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?NrSolicitacao=MR059668/2024>
P8025 e P8026 - Tabela de Preços de Consultoria DNIT - mês de referência: abril de 2024
<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/engenharia-consultiva-2/tabela-de-precos-de-consultoria-1/relatorios/2024/abril/abril-2024>

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

VEÍCULO LEVE				PFS- VII			
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.							
COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITARIOS DE SERVICOS							
BASE - REF.	ITEM SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO - INSUMO/AUX.		UNID	BAHIA		
	6º SR	VEÍCULO LEVE, COM AR-CONDICIONADO PARA APOIO À FISCALIZAÇÃO, INCLUINDO DESPESAS COM COMBUSTÍVEL, ÓLEOS, MANUTENÇÃO, LICENCIAMENTO, SEGUROS, IMPOSTOS, ETC.		MÊS	COEFICIENTE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
		0	CARRO DA FISCALIZAÇÃO				
		A1	Veículo Pickup Cabine Dupla				
		A	DEPRECIAÇÃO MENSAL DO EQUIPAMENTO				
Tabela Fipe (setembro/2024)		A1	PREÇO DE AQUISIÇÃO - (máximo 3 anos de uso)	UN		65.933,31	
		A2	TEMPO USO PREVISTO NO CONTRATO	MÊS		12,00	
		A3	PREVISÃO DE RECUPERAÇÃO NA VENDA DO BEM USADO	%	85,00	56.043,31	
		A4	CUSTO MENSAL (A1-A3) / A2				824,17
		B	JUROS PELO CAPITAL EMPREGADO				
		B1	TAXA MENSAL DE JUROS 5% (INCIDÊNCIA SOBRE A4)	%	5,00	41,21	
		B2	CUSTO MENSAL				41,21
		C	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO				
		C1	TAXA DE GASTOS S/A DEPREC. INC. SEGUROS (INCIDÊNCIA SOBRE A4)	%	100,00	824,17	
		C2	INCIDÊNCIA MENSAL				824,17
		D	COMBUSTÍVEL				
		D1	MÉDIA MENSAL DE QUILOMETRO POR VEÍCULO	KM	6.000,00		
		D2	QUILOMETROS RODADOS COM UM LITRO COMBUSTIVEL	KM/L	10,00		
		D3	QUANTIDADE DE LITROS DE COMBUSTÍVEL POR MÊS	L	600,00		
		D4	PREÇO DO LITRO DE COMBUSTÍVEL	L		6,32	
		D5	CUSTO MENSAL - (D3*D4)				3.792,00
		E	LUBRIFICANTES				
		E1	FRANQUIA POR TROCA DE ÓLEO	KM	5.000,00		
		E2	QUANTIDADE DE LITROS DE ÓLEO POR TROCA	L	3,50		
		E3	PREÇO DO LITRO DE ÓLEO C/ TROCA	L		25,00	
		E4	CUSTO POR TROCA DE ÓLEO			87,50	
		E5	CUSTO MENSAL - [(D1/E1)*E4]				105,00
		F	PNEUS				
		F1	VIDA ÚTIL DO PNEU	KM	30.000,00		
		F2	QUANTIDADE DE PNEUS	UN	4,00		
		F3	PREÇO DO PNEU			464,271	
		F4	CUSTO POR TROCA DOS PNEUS			1.857,08	
		F5	CUSTO MENSAL - [(D1/F1)*F4]				371,42
			TOTAL DA COMPOSIÇÃO				R\$ 5.957,97

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

VEÍCULO LEVE PICAPE				PFS- VII			
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.							
COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITARIOS DE SERVICOS							
BASE - REF.	ITEM SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO - INSUMO/AUX.		UNID	BAHIA		
	6º SR	VEÍCULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA, COM AR-CONDICIONADO PARA APOIO À FISCALIZAÇÃO, INCLUINDO DESPESAS COM COMBUSTÍVEL, ÓLEOS, MANUTENÇÃO, LICENCIAMENTO, SEGUROS, IMPOSTOS, ETC.		MÊS	COEFICIENTE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
		0	CARRO DA FISCALIZAÇÃO				
		A1	Veiculo Pickup Cabine Dupla				
		A	DEPRECIÇÃO MENSAL DO EQUIPAMENTO				
Tabela Fipe (setembro/2024)		A1	PREÇO DE AQUISIÇÃO - (máximo 3 anos de uso)	UN		85.535,50	
		A2	TEMPO USO PREVISTO NO CONTRATO	MÊS		12,00	
		A3	PREVISÃO DE RECUPERAÇÃO NA VENDA DO BEM USADO	%	85,00	72.705,18	
		A4	CUSTO MENSAL (A1-A3) / A2				1.069,19
		B	JUROS PELO CAPITAL EMPREGADO				
		B1	TAXA MENSAL DE JUROS 5% (INCIDÊNCIA SOBRE A4)	%	5,00	53,46	
		B2	CUSTO MENSAL				53,46
		C	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO				
		C1	TAXA DE GASTOS S/A DEPREC. INC. SEGUROS (INCIDÊNCIA SOBRE A4)	%	100,00	1.069,19	
		C2	INCIDÊNCIA MENSAL				1.069,19
		D	COMBUSTÍVEL				
		D1	MÉDIA MENSAL DE QUILOMETRO POR VEÍCULO	KM	6.000,00		
		D2	QUILOMETROS RODADOS COM UM LITRO COMBUSTIVEL	KM/L	10,00		
		D3	QUANTIDADE DE LITROS DE COMBUSTÍVEL POR MÊS	L	600,00		
		D4	PREÇO DO LITRO DE COMBUSTÍVEL	L		6,32	
		D5	CUSTO MENSAL - (D3*D4)				3.792,00
		E	LUBRIFICANTES				
		E1	FRANQUIA POR TROCA DE ÓLEO	KM	5.000,00		
		E2	QUANTIDADE DE LITROS DE ÓLEO POR TROCA	L	3,50		
		E3	PREÇO DO LITRO DE ÓLEO C/ TROCA	L		25,00	
		E4	CUSTO POR TROCA DE ÓLEO			87,50	
		E5	CUSTO MENSAL - [(D1/E1)*E4]				105,00
		F	PNEUS				
		F1	VIDA ÚTIL DO PNEU	KM	30.000,00		
		F2	QUANTIDADE DE PNEUS	UN	4,00		
		F3	PREÇO DO PNEU			464,271	
		F4	CUSTO POR TROCA DOS PNEUS			1.857,08	
		F5	CUSTO MENSAL - [(D1/F1)*F4]				371,42
		TOTAL DA COMPOSIÇÃO					R\$ 6.460,26

Tabela 2 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos
Tabela de Preços de Consultoria - mês de referência: abril de 2024

Item	Código	Tipo	Unidade	Custo unitário (R\$ / un)
Imóveis	B8951	Comercial (2,55% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	47,13
	B8952	Residencial (2,45% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	45,29
Mobiliário	B8953	Escritório	ocupante x mês	473,00
	B8954	Residência	ocupante x mês	43,03
Cesta das Instalações	B8955	Laboratório de asfalto	mês	5.205,48
	B8956	Laboratório de concreto	mês	4.499,13
	B8957	Laboratório de solos	mês	4.073,25
	B8958	Topografia	mês	3.325,33
	B8961	Topografia por VANT	mês	808,88
Custos Diversos	B8959	Escritório	ocupante x mês	134,37
	B8960	Residência	ocupante x mês	202,79

Fonte: FGV IBRE



Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP
Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes – CGCIT

Tabela de Preços de Consultoria

Tabela 1 - Benefícios e Despesas Indiretas

Benefícios e Despesas Indiretas - BDI			
Despesas Indiretas		% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	6,92	10,00
Despesas Financeiras	0,84% sobre (PV - Lucro)	0,77	1,11
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,72
Seguros e Garantias Contratuais	0,10% do PV	0,10	0,14
Subtotal 1		8,29	11,97
Benefícios		% sobre PV	% sobre CD
Lucro	Variável - f (CD)	8,30	12,00
Subtotal 2		8,30	12,00
Tributos		% sobre PV	% sobre CD
PIS	1,65% do PV	1,65	2,39
COFINS	7,60% do PV	7,60	10,99
ISSQN*	5,00% do PV	5,00	7,23
Subtotal 3		14,25	20,61
Total - BDI (%)		30,84	44,58

(*) Limite máximo adotado de 5%, valor variável em função da legislação de cada município. As empresas licitantes deverão adotar as alíquotas pertinentes.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: BA000776/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 04/11/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR059668/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 19958.235555/2024-75
DATA DO PROTOCOLO: 01/11/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND EMPREG EMPRESAS DE ASSES PER INF PESQ EST DA BAHIA, CNPJ n. 16.116.881/0001-40, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). LOURIVAL JOSE DE OLIVEIRA LOPES;

E

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). DAVI BARBOSA DE AZEVEDO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2023 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a (s) A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Profissional dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, do Plano da CTNC, com abrangência territorial em BA, com abrangência territorial em Abaíra/BA, Abaré/BA, Acajutiba/BA, Adustina/BA, Água Fria/BA, Aiquara/BA, Alagoinhas/BA, Alcobaça/BA, Almadina/BA, Amargosa/BA, Amélia Rodrigues/BA, América Dourada/BA, Anagé/BA, Andaraí/BA, Andorinha/BA, Angical/BA, Anguera/BA, Antas/BA, Antônio Cardoso/BA, Antônio Gonçalves/BA, Aporá/BA, Apuarema/BA, Araçás/BA, Aracatu/BA, Araci/BA, Aramari/BA, Arataca/BA, Aratuípe/BA, Aurelino Leal/BA, Baianópolis/BA, Baixa Grande/BA, Banzaê/BA, Barra da Estiva/BA, Barra do Choça/BA, Barra do Mendes/BA, Barra do Rocha/BA, Barra/BA, Barreiras/BA, Barro Alto/BA, Barro Preto/BA, Barrocas/BA, Belmonte/BA, Belo Campo/BA, Biritinga/BA, Boa Nova/BA, Boa Vista do Tupim/BA, Bom Jesus da Lapa/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Boninal/BA, Bonito/BA, Boquira/BA, Botuporã/BA, Brejões/BA, Brejolândia/BA, Brotas de Macaúbas/BA, Brumado/BA, Buerarema/BA, Buritirama/BA, Caatiba/BA, Cabaceiras do Paraguaçu/BA, Cachoeira/BA, Caculé/BA, Caém/BA, Caetanópolis/BA, Caetité/BA, Cafarnaum/BA, Cairu/BA, Caldeirão Grande/BA, Camacan/BA, Camaçari/BA, Camamu/BA, Campo Alegre de Lourdes/BA, Campo Formoso/BA, Canápolis/BA, Canarana/BA, Canavieiras/BA, Candeal/BA, Candeias/BA, Candiba/BA, Cândido Sales/BA, Cansanção/BA, Canudos/BA, Capela do Alto Alegre/BA, Capim Grosso/BA, Caraíbas/BA, Caravelas/BA, Cardeal da Silva/BA, Carinhanha/BA, Casa Nova/BA, Castro Alves/BA, Catolândia/BA, Catu/BA, Caturama/BA, Central/BA, Chorrochó/BA, Cícero Dantas/BA, Cipó/BA, Coaraci/BA, Cocos/BA, Conceição da Feira/BA, Conceição do Almeida/BA, Conceição do Coité/BA, Conceição do Jacuípe/BA, Conde/BA, Condeúba/BA, Contendas do Sincorá/BA, Coração de Maria/BA, Cordeiros/BA, Coribe/BA, Coronel João Sá/BA, Correntina/BA, Cotegipe/BA, Cravolândia/BA, Crisópolis/BA, Cristópolis/BA, Cruz das Almas/BA, Curaçá/BA, Dário Meira/BA, Dias d'Ávila/BA, Dom Basílio/BA, Dom Macedo Costa/BA, Elísio Medrado/BA, Encruzilhada/BA, Entre Rios/BA, Érico Cardoso/BA, Esplanada/BA, Euclides da Cunha/BA, Eunápolis/BA, Fátima/BA, Feira da Mata/BA, Feira de Santana/BA, Filadélfia/BA, Firmino Alves/BA, Floresta Azul/BA, Formosa do Rio Preto/BA, Gandu/BA, Gavião/BA, Gentio do Ouro/BA, Glória/BA, Gongogi/BA, Governador Mangabeira/BA, Guajeru/BA, Guanambi/BA, Guaratinga/BA, Heliópolis/BA, Iaçú/BA, Ibiassucê/BA, Ibicarai/BA, Ibicoara/BA, Ibicuí/BA, Ibipêba/BA, Ibipitanga/BA,**

Ibiquera/BA, Ibirapitanga/BA, Ibirapuã/BA, Ibirataia/BA, Ibitiara/BA, Ibititá/BA, Ibotirama/BA, Ichu/BA, Igaporã/BA, Igrapiúna/BA, Iguaí/BA, Ilhéus/BA, Inhambupe/BA, Ipecaetá/BA, Ipiaú/BA, Ipirá/BA, Ipupiara/BA, Irajuba/BA, Iramaia/BA, Iraquara/BA, Irará/BA, Irecê/BA, Itabela/BA, Itaberaba/BA, Itabuna/BA, Itacaré/BA, Itaeté/BA, Itagi/BA, Itagibá/BA, Itagimirim/BA, Itaguaçu da Bahia/BA, Itaju do Colônia/BA, Itajuípe/BA, Itamaraju/BA, Itamari/BA, Itambé/BA, Itanagra/BA, Itanhém/BA, Itaparica/BA, Itapé/BA, Itapebi/BA, Itapetinga/BA, Itapicuru/BA, Itapitanga/BA, Itaquara/BA, Itarantim/BA, Itatim/BA, Itiruçu/BA, Itiúba/BA, Itororó/BA, Ituaçu/BA, Ituberá/BA, Iuiu/BA, Jaborandi/BA, Jacaraci/BA, Jacobina/BA, Jaguaquara/BA, Jaguarari/BA, Jaguaripe/BA, Jandaíra/BA, Jequié/BA, Jeremoabo/BA, Jiquiriçá/BA, Jitaúna/BA, João Dourado/BA, Juazeiro/BA, Jucuruçu/BA, Jussara/BA, Jussari/BA, Jussiape/BA, Lafaiete Coutinho/BA, Lagoa Real/BA, Laje/BA, Lajedão/BA, Lajedinho/BA, Lajedo do Tabocal/BA, Lamarão/BA, Lapão/BA, Lauro de Freitas/BA, Lençóis/BA, Licínio de Almeida/BA, Livramento de Nossa Senhora/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA, Macajuba/BA, Macarani/BA, Macaúbas/BA, Macururé/BA, Madre de Deus/BA, Maetinga/BA, Maiquinique/BA, Mairi/BA, Malhada de Pedras/BA, Malhada/BA, Manoel Vitorino/BA, Mansidão/BA, Maracás/BA, Maragogipe/BA, Maraú/BA, Marcionílio Souza/BA, Mascote/BA, Mata de São João/BA, Matina/BA, Medeiros Neto/BA, Miguel Calmon/BA, Milagres/BA, Mirangaba/BA, Mirante/BA, Monte Santo/BA, Morpará/BA, Morro do Chapéu/BA, Mortugaba/BA, Mucugê/BA, Mucuri/BA, Mulungu do Morro/BA, Mundo Novo/BA, Muniz Ferreira/BA, Muquém do São Francisco/BA, Muritiba/BA, Mutuípe/BA, Nazaré/BA, Nilo Peçanha/BA, Nordestina/BA, Nova Canaã/BA, Nova Fátima/BA, Nova Ibiá/BA, Nova Itarana/BA, Nova Redenção/BA, Nova Soure/BA, Nova Viçosa/BA, Novo Horizonte/BA, Novo Triunfo/BA, Olindina/BA, Oliveira dos Brejinhos/BA, Ouricangas/BA, Ourolândia/BA, Palmas de Monte Alto/BA, Palmeiras/BA, Paramirim/BA, Paratinga/BA, Paripiranga/BA, Pau Brasil/BA, Paulo Afonso/BA, Pé de Serra/BA, Pedrão/BA, Pedro Alexandre/BA, Piatã/BA, Pilão Arcado/BA, Pindaí/BA, Pindobaçu/BA, Pintadas/BA, Piraí do Norte/BA, Piripá/BA, Piritiba/BA, Planaltino/BA, Planalto/BA, Poções/BA, Pojuca/BA, Ponto Novo/BA, Porto Seguro/BA, Potiraguá/BA, Prado/BA, Presidente Dutra/BA, Presidente Jânio Quadros/BA, Presidente Tancredo Neves/BA, Queimadas/BA, Quijingue/BA, Quixabeira/BA, Rafael Jambeiro/BA, Remanso/BA, Retirolândia/BA, Riachão das Neves/BA, Riachão do Jacuípe/BA, Riacho de Santana/BA, Ribeira do Amparo/BA, Ribeira do Pombal/BA, Ribeirão do Largo/BA, Rio de Contas/BA, Rio do Antônio/BA, Rio do Pires/BA, Rio Real/BA, Rodelas/BA, Ruy Barbosa/BA, Salinas da Margarida/BA, Salvador/BA, Santa Bárbara/BA, Santa Brígida/BA, Santa Cruz Cabralia/BA, Santa Cruz da Vitória/BA, Santa Inês/BA, Santa Luzia/BA, Santa Maria da Vitória/BA, Santa Rita de Cássia/BA, Santa Terezinha/BA, Santaluz/BA, Santana/BA, Santanópolis/BA, Santo Amaro/BA, Santo Antônio de Jesus/BA, Santo Estêvão/BA, São Desidério/BA, São Domingos/BA, São Felipe/BA, São Félix do Coribe/BA, São Félix/BA, São Francisco do Conde/BA, São Gabriel/BA, São Gonçalo dos Campos/BA, São José da Vitória/BA, São José do Jacuípe/BA, São Miguel das Matas/BA, São Sebastião do Passé/BA, Sapeaçu/BA, Sátiro Dias/BA, Saubara/BA, Saúde/BA, Seabra/BA, Sebastião Laranjeiras/BA, Senhor do Bonfim/BA, Sento Sé/BA, Serra do Ramalho/BA, Serra Dourada/BA, Serra Preta/BA, Serrinha/BA, Serrolândia/BA, Simões Filho/BA, Sítio do Mato/BA, Sítio do Quinto/BA, Sobradinho/BA, Souto Soares/BA, Tabocas do Brejo Velho/BA, Tanhaçu/BA, Tanque Novo/BA, Tanquinho/BA, Taperoá/BA, Tapiramutá/BA, Teixeira de Freitas/BA, Teodoro Sampaio/BA, Teofilândia/BA, Teolândia/BA, Terra Nova/BA, Tremedal/BA, Tucano/BA, Uauá/BA, Ubaira/BA, Ubaitaba/BA, Ubatã/BA, Uibaí/BA, Umburanas/BA, Una/BA, Urandi/BA, Uruçuca/BA, Utinga/BA, Valença/BA, Valente/BA, Várzea da Roça/BA, Várzea do Poço/BA, Várzea Nova/BA, Varzedo/BA, Vera Cruz/BA, Vereda/BA, Vitória da Conquista/BA, Wagner/BA, Wanderley/BA, Wenceslau Guimarães/BA e Xique-Xique/BA.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

I - PERÍODO DE VIGÊNCIA - 01/05/2023 A 30/04/2024

As Empresas cumprirão os Pisos Salariais (salário base) listados na tabela abaixo, considerando a jornada de 42:00 (quarenta e duas) horas efetivamente trabalhadas por semana ou 210:00 (duzentos e dez) horas mensais, computadas nesta última, o descanso semanal remunerado:

CATEGORIAS	MAIO/2022	JANEIRO/2023	Maio/2023
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, EXERCENDO A FUNÇÃO PARA A QUAL ESTEJAM HABILITADOS POR FORÇA DA	R\$ 3.271,80	R\$ 3.334,80	R\$ 3.462,90

SUA GRADUAÇÃO, EXCETO ENGENHEIROS E ARQUITETOS.			
TECNICOS DE NIVEL MÉDIO REGISTRADOS NO CREA			
NÍVEL MÉDIO C/ MAIS DE 05 ANOS DE EXPERIÊNCIA	R\$ 2.902,20	R\$ 2.956,80	R\$ 3.070,20
NÍVEL MÉDIO ENTRE 03 E 05 ANOS DE EXPERIÊNCIA	R\$ 1.932,00	R\$ 1.967,70	R\$ 2.043,30
NÍVEL MÉDIO C/ MENOS DE 03 ANOS DE EXPERIÊNCIA	R\$ 1.430,10	R\$ 1.457,40	R\$ 1.514,10
TECNICOS DE NIVEL MÉDIO SEM REGISTRO NO CREA	R\$ 1.383,90	R\$ 1.396,50	R\$ 1.451,10
DESENHISTAS			
COM MAIS DE 05 ANOS DE EXPERIENCIA	R\$ 2.089,50	R\$ 2.127,30	R\$ 2.209,20
ENTRE 03 E 05 ANOS DE EXPERIÊNCIA	R\$ 1.724,10	R\$ 1.757,70	R\$ 1.827,00
COM MENOS DE 03 ANOS DE EXPERIÊNCIA	R\$ 1.400,70	R\$ 1.413,30	R\$ 1.467,90
OUTRAS FUNÇÕES			
DEMAIS FUNÇÕES COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA – INCLUSIVE BALANCEIRO	R\$ 1.266,30	R\$ 1.310,00	R\$ 1.360,80
MOTORISTAS	R\$ 1.297,80	R\$ 1.320,00	R\$ 1.371,30
AUXILIARES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS	R\$ 1.253,70	R\$ 1.310,00	R\$ 1.360,80
MENOR SALÁRIO	R\$ 1.243,20	R\$ 1.305,00	R\$ 1.356,60

II - PERIODO DE VIGÊNCIA - 01/05/2024 A 30/04/2025

CATEGORIAS	MAIO/2024
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, EXERCENDO A FUNÇÃO PARA A QUAL ESTEJAM HABILITADOS POR FORÇA DA SUA GRADUAÇÃO, EXCETO ENGENHEIROS E ARQUITETOS.	R\$ 3.601,50
NÍVEL MÉDIO C/ MAIS DE 05 ANOS DE EXPERIÊNCIA	R\$ 3.194,10
NÍVEL MÉDIO ENTRE 03 E 05 ANOS DE EXPERIÊNCIA	R\$ 2.125,20
NÍVEL MÉDIO C/ MENOS DE 03 ANOS DE EXPERIÊNCIA	R\$ 1.583,40
TECNICOS DE NIVEL MÉDIO SEM REGISTRO NO CREA	R\$ 1.518,30
DESENHISTAS COM MAIS DE 05 ANOS DE EXPERIENCIA	R\$ 2.299,50
DESENHISTAS ENTRE 03 E 05 ANOS DE EXPERIÊNCIA	R\$ 1.911,00
DESENHISTAS MENOS DE 03 ANOS DE EXPERIÊNCIA	R\$ 1.535,10
DEMAIS FUNÇÕES COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA – INCLUSIVE BALANCEIRO	R\$ 1.442,70
MOTORISTAS	R\$ 1.467,90
AUXILIARES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS	R\$ 1.457,40
MENOR SALÁRIO	R\$ 1.453,20

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecido que, na avaliação do tempo de experiência, será considerado o período despendido pelo técnico, como estagiário, proporcionalmente à sua carga horária naquele período, desde que o estágio tenha sido prestado na mesma empresa.

Parágrafo Segundo – A qualquer instante, havendo majoração do Salário Mínimo Nacional e passando este a ser superior a qualquer um dos pisos da tabela anterior, deverá ocorrer a majoração do respectivo piso, a título de antecipação do reajuste, de forma a garantir que o mesmo não seja inferior ao valor estabelecido para o Salário Mínimo Nacional.

Parágrafo Terceiro – Fica estabelecida a possibilidade de celebração de acordos em separado referentes aos pisos salariais não abrangidos por esta convenção, desde que haja anuência das empresas e a participação de representantes do SINAENCO no processo de negociação. Tais acordos não serão válidos para as empresas que não participarem das negociações.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

I - PERIODO DE VIGÊNCIA DE 01/05/2023 A 30/04/2024

Os salários de todos os empregados integrantes da categoria serão reajustados, conforme tabela a seguir, ficando mantidos os reajustes mais favoráveis praticados pelas empresas.

Data de aplicação do reajuste	Em 01/05/2023
Salário base p/ cálculo do reajuste	Jan/2023
Percentual de reajuste	3,83%

Parágrafo Primeiro – Para os empregados admitidos no período entre maio de 2022 e abril de 2023, poderá ser aplicado a critério das Empresas, o reajuste proporcional para o percentual estabelecido para o mês de maio/23. Ficam mantidas as proporcionalidades, a critério das empresas para admissões após maio/2022.

MÊS DE ADMISSÃO	ÍNDICE A SER APLICADO
Maio/22	3,83%
Junho/22	3,51%
Julho/22	3,19%
Agosto/22	2,87%
Setembro/22	2,55%
Outubro/22	2,23%
Novembro/22	1,92%
Dezembro/22	1,60%
Janeiro/23	1,28%
Fevereiro/23	0,96%
Março/23	0,64%
Abril/23	0,32%

Parágrafo Segundo - As empresas poderão compensar as antecipações e/ou adiantamentos de reajustes salariais espontâneos de caráter geral concedidos no período entre 01/05/2022 até a data de aplicação do Índice de correção, aqui acertado, ressalvadas as majorações salariais decorrentes de promoções por mérito ou antiguidade, enquadramento de tabela salarial, implantação ou revisão de Plano de Cargos e Salários e reajustes decorrentes de Convenções anteriores.

Parágrafo Terceiro - Os empregados desligados entre 01 de maio de 2023 e 31 de janeiro de 2024, receberão, as diferenças decorrentes da aplicação da Cláusula de Reajuste e dos novos valores dos Pisos, em parcela única, até 29 de fevereiro de 2024, considerando os novos valores vigentes.

Parágrafo Quarto - As diferenças salariais relativas ao período de 01 maio de 2023 até o dia 31 de dezembro de 2023, serão pagas em até (três) parcelas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024.

II - PERÍODO DE VIGÊNCIA DE 01/05/2024 A 30/04/2025

Os salários de todos os empregados integrantes da categoria serão reajustados, conforme tabela a seguir, ficando mantidos os reajustes mais favoráveis praticados pelas empresas.

Data de aplicação do reajuste	Em 01/05/2024
Salário base p/ cálculo do reajuste	MAIO/2023
Percentual de reajuste	3,50%

Parágrafo Primeiro – Para os empregados admitidos no período entre maio de 2023 e abril de 2024, poderá ser aplicado a critério das Empresas, o reajuste proporcional para o percentual estabelecido para o mês de maio/24. Ficam mantidas as proporcionalidades, a critério das empresas para admissões após maio/2023.

MÊS DE ADMISSÃO	ÍNDICE A SER APLICADO
Maio/23	3,50%
Junho/23	3,21%
Julho/23	2,92%
Agosto/23	2,63%
Setembro/23	2,33%
Outubro/23	2,04%
Novembro/23	1,75%
Dezembro/23	1,46%
Janeiro/24	1,17%
Fevereiro/24	0,87%
Março/24	0,58%
Abril/24	0,29%

Parágrafo Segundo - As empresas poderão compensar as antecipações e/ou adiantamentos de reajustes salariais espontâneos de caráter geral concedidos no período entre 01/05/2023 até a data de aplicação do Índice de correção, aqui acertado, ressalvadas as majorações salariais decorrentes de promoções por mérito ou antiguidade, enquadramento de tabela salarial, implantação ou revisão de Plano de Cargos e Salários e reajustes decorrentes de Convenções Coletivas anteriores.

Parágrafo Terceiro - Os empregados desligados entre 01 de maio de 2024 e a data do assinatura desta Convenção, receberão, as diferenças decorrentes da aplicação da Cláusula de Reajuste e dos novos valores dos Pisos, em parcela única, **até 30 de novembro de 2024**, considerando os novos valores vigentes.

Parágrafo Quarto - As diferenças salariais relativas ao período de 01 maio de 2024 até a data de registro da Convenção Coletiva, serão pagas em até (três) parcelas nos meses de novembro, dezembro de 2024 e janeiro de 2025.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As Empresas elaborarão e cumprirão um calendário para pagamento de salário de seus empregados, respeitando o limite máximo do quinto dia útil subsequente ao mês de competência. Na eventualidade de atraso no pagamento, as Empresas pagarão a multa prevista em Lei.

CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

Fica assegurando a todos os Empregados, no período do gozo de férias ocorridas entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, quando solicitado, o adiantamento do valor que corresponder à metade do salário vigente à época, a título de adiantamento do 13º salário.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SÉTIMA - DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS PAGAS

O Empregador fornecerá mensalmente aos Empregados, contracheques com a discriminação respectiva de vencimentos e descontos, principalmente salário base, especificando a função exercida pelo Empregado.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE HORAS EXTRA

As horas extras, desde que previamente autorizadas pela Empresa, serão remuneradas com adicionais de 50 % (cinquenta por cento) quando trabalhadas de segunda a sábado e 100 % (cem por cento) nos domingos e feriados, exceto quando realizadas para compensação de carga horária incompleta em função de interesse e/ou necessidade particular das partes.

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA NONA - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Fica congelada, a partir de 01 de Maio de 2017, a gratificação por tempo de serviço nos percentuais praticados em 30 de Abril de 2017, aplicada conforme as regras estabelecidas nas CCT's anteriores.

§ Primeiro - A contagem do tempo de serviço dar-se-á a partir de maio/91 e sempre na data de aniversário da admissão, sendo doravante congelados, pelos percentuais vigentes em 30 de Abril de 2017.

§ Segundo - Os novos contratados, ou seja, contratados a partir de abril de 2017, não farão jus a essa gratificação.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

As Empresas pagarão o adicional de periculosidade correspondente a 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário base, aos Empregados que, em caráter permanente ou intermitente, executarem atividades consideradas perigosas, **na forma dos art. 193 e 195 da CLT e art. 7º, XXIII, da CRFB/88.**

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

Toda vez que houver mudança de domicílio ou residência do Empregado para localidade diversa da estabelecida no contrato de trabalho, por iniciativa do Empregador, será assegurado o pagamento suplementar **de 25 %** (vinte e cinco por cento) **do salário base**, enquanto perdurar tal situação, devendo o Empregador assumir o custeio das despesas decorrentes da mudança quanto ao transporte do Empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE INTERINIDADE

Durante o período da substituição, fica garantido o pagamento de interinidade calculado pelo salário do empregado substituído, a partir do primeiro dia da substituição, nos termos da súmula **nº 159 do TST** - Tribunal Superior do Trabalho.

AJUDA DE CUSTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CUSTEIO DE DESPESAS

Em qualquer caso de deslocamento do Empregado para execução de tarefas que impliquem em afastamento da sede de sua contratação, fica assegurado pelo Empregador o pagamento de todas as despesas relativas a transporte, alimentação e estadia, através de diárias, ajuda de custo ou reembolso de despesas, conforme política interna da Empresa.

Parágrafo Único – Observados os limites legais (art. 457, § 2º da CLT e Sum. 101 TST), o pagamento das diárias, ajudas de custo ou reembolso de despesas possui natureza indenizatória (não salarial) e não integra a remuneração para todos os efeitos legais.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXILIO ALIMENTAÇÃO

O Empregador assegurará mensalmente aos Empregados o direito de alimentação, correspondente a 01 (uma) refeição diária, válida somente para os dias efetivamente trabalhados, **no valor mínimo**, conforme tabelas a seguir:

I - VIGÊNCIA 01/02/2024 A 31/10/2024

Data de aplicação do Valor da refeição	01/02/2024
Valor da refeição por dia trabalhado	R\$ 24,50

II – VIGÊNCIA 01/11/2024 A 30/04/2025

Data de aplicação do Valor da refeição	01/11/2024
Valor da refeição por dia trabalhado	R\$ 25,30

Parágrafo Primeiro - Quando o Empregador fornecer refeições no local de trabalho, ou em restaurante de sua confiança, deve garantir a qualidade da mesma, bem como garantir ao Empregado com problema de

saúde, dieta estabelecida pelo INSS ou médico do plano complementar de saúde, desde que devidamente notificada da prescrição médica (dieta) em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, neste caso as empresas ficam desobrigadas de pagar o valor do auxílio alimentação.

Parágrafo Segundo - As Empresas fornecerão gratuitamente a refeição sempre que o empregado prestar serviço extraordinário, por um período superior a 02 (duas) horas, além da jornada normal de trabalho. Nos casos onde houver **jornada de trabalho 12x36**, o número de vales ou tíquete alimentação, será objeto de Acordo Específico entre a Empresa que aplica este tipo de jornada e o SINDPEC.

Parágrafo Terceiro – O empregador poderá descontar do empregado, mensalmente, a título de custeio do benefício, o valor conforme tabela a seguir, quando os valores pagos forem iguais ou superiores ao da tabela anterior:

Data de aplicação do Valor da refeição	01/02/2024	01/11/2024
Valor do desconto mensal	R\$ 15,21	R\$ 15,76

Parágrafo Quarto - Caso o valor diário do benefício seja superior ao estabelecido nesta convenção, o empregador poderá descontar do empregado até 20% do custeio do benefício, na forma do legalmente cominado, assegurando que o valor unitário praticado não seja inferior aos valores da tabela do caput da presente cláusula.

Parágrafo Quinto - O benefício de que trata esta Cláusula possui natureza indenizatória (não salarial), mesmo quando concedido em pecúnia, e não integra a remuneração do beneficiário para todos os efeitos legais.

Parágrafo sexto - Ficam mantidas as condições mais favoráveis ora praticadas.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRANSPORTE

As Empresas fornecerão durante a vigência da presente Convenção, aos seus Empregados, o vale transporte, de acordo com a lei vigente.

Parágrafo Primeiro - As Empresas fornecerão transporte a todos os Empregados que executarem tarefa fora da sede de sua contratação.

Parágrafo Segundo - O benefício de que trata o Caput desta cláusula será equivalente ao número de conduções para o referido deslocamento.

Parágrafo Terceiro - Não estarão obrigados à concessão de vale transporte os Empregadores que proporcionarem por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento (residência-trabalho e vice-versa) de seus Empregados.

Parágrafo Quarto - O benefício de que trata esta Cláusula possui natureza indenizatória (não salarial), mesmo quando concedido em pecúnia, e não integra a remuneração do beneficiário para todos os efeitos legais.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

Fica assegurado pelas Empresas Assistência Médica Complementar a todos os seus Empregados e dependentes, segundo critério existente ou a ser estabelecido pela Empresa.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO COMPLEMENTAR

Para os empregados com mais de 12 (doze) meses de Empresa que forem afastados pela Previdência Social, as Empresas completarão os seus salários do décimo sexto até o nonagésimo dia de afastamento, limitada ao valor do salário mensal percebido pelo empregado no mês anterior ao afastamento e o teto de contribuição previdenciária, (o que for menor).

Parágrafo Único - Na ocorrência de mais de um afastamento para o mesmo Empregado durante a vigência desta Convenção, este benefício estará limitado ao máximo de 90 (noventa) dias na sua totalidade, para cada ano.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO PARA FILHO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O Empregador, pagará mensalmente ao Empregado por cada filho com necessidades especiais, sem limite de idade, um auxílio no valor descrito na tabela a seguir:

I - PERÍODO DE VIGÊNCIA - 01/02/2024 A 30/10/2024

Data de aplicação do auxílio	01/02/2024
Valor do auxílio Filho com necessidades especiais	R\$ 354,00

II - PERÍODO DE VIGÊNCIA 01/11/2024 A 30/04/2025

Data de aplicação do auxílio	01/11/2024
Valor do auxílio Filho com necessidades especiais	R\$ 380,00

Parágrafo Primeiro – Serão considerados com necessidades especiais, os indivíduos com limitação psicomotora, os cegos, os surdos, os mudos e os deficientes mentais. A percepção deste benefício fica condicionada à apresentação de laudo emitido por médico especialista, devidamente credenciado pelos Sindicatos ou Empresas, ou, ainda, por perito médico do INSS, indicando a necessidade especial.

Parágrafo Segundo - O benefício de que trata esta Cláusula possui natureza indenizatória (não salarial), mesmo quando concedido em pecúnia, e não integra a remuneração do beneficiário para todos os efeitos legais.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado e o mesmo não possuindo seguro de vida, a empresa pagará a seu cônjuge e, na falta desse, aos seus dependentes legalmente habilitados, a título de auxílio funeral, a importância conforme tabelas a seguir:

I - PERÍODO DE VIGÊNCIA 01/02/2024 A 31/10/2024

Data aplicação do Auxílio funeral	01/02/2024
Valor do Auxílio funeral	R\$ 1.145,00

II - PERIODO DE VIGÊNCIA 01/11/2024 A 30/04/2025

Data aplicação do Auxílio funeral	01/11/2024
Valor do Auxílio funeral	R\$ 1.220,00

Parágrafo Primeiro - Na hipótese do empregado falecido ter um seguro de vida e, sendo esse em valor inferior ao auxílio funeral fixado no caput da presente cláusula, a empresa se comprometerá a completar o benefício até as importâncias das tabelas anteriores, considerando a data da ocorrência do falecimento.

Parágrafo Segundo - O benefício de que trata esta Cláusula possui natureza indenizatória (não salarial), e não integra a remuneração do beneficiário para todos os efeitos legais.

AUXÍLIO CRECHE**CLÁUSULA VIGÉSIMA - AUXILIO CRECHE / PRÉ ESCOLA**

As Empresas reembolsarão, em até os valores descritos nas tabelas a seguir, as Empregadas que tiverem efetuado gastos junto a instituições regulares (creches), por filhos com idade entre 00 a 06 (zero a seis) meses, de acordo com a portaria 3.296 do MTE.

I - PERIODO DE VIGÊNCIA 01/02/2024 A 30/10/2024

Data de aplicação do auxílio creche/pré-escola	01/02/2024
Valor do auxílio creche / pré-escola	R\$ 276,00

II – PERIODO DE VIGÊNCIA 01/11/2024 A 30/04/2025

Data de aplicação do auxílio creche/pré-escola	01/11/2024
Valor do auxílio creche / pré-escola	R\$ 300,00

Parágrafo Primeiro - As Empresas concederão uma ajuda mensal de até os valores descritos na tabela anterior às Empregadas que mantiverem seus filhos de 07 a 36 (sete a trinta e seis) meses de idade, matriculados em instituições regulares (creches ou pré-escolas), como reembolso de despesas efetivamente comprovadas.

Parágrafo Segundo - Este benefício abrange o Empregado que não convivendo com a mulher ou companheira, tenha comprovação da guarda do filho de até 36 (trinta e seis) meses de idade e o mantenha em instituições regulares (creches ou pré-escolas).

Parágrafo Terceiro - O benefício de que trata esta Cláusula possui natureza indenizatória (não salarial), mesmo quando concedido em pecúnia, e não integra a remuneração do beneficiário para todos os efeitos legais.

SEGURO DE VIDA**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS**

As Empresas manterão, ou implantarão num prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura deste instrumento, um plano de seguro de vida e acidentes pessoais para todos os seus Empregados, segundo critério a ser estabelecido pelas Empresas.

Parágrafo Primeiro - A adesão a planos de seguro de vida que impliquem em ônus para o Empregado dependerá de autorização expressa do mesmo.

Parágrafo Segundo - O benefício de que trata esta Cláusula possui natureza indenizatória (não salarial), mesmo quando concedido em pecúnia, e não integra a remuneração do beneficiário para todos os efeitos legais.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RESCISÕES CONTRATUAIS

Em caso de rescisão do contrato de trabalho para Empregados com tempo de serviço superior a 12 (doze) meses **e havendo manifestação expressa do empregado**, o pagamento das verbas correspondentes deverá ser efetuado na sede do Sindicato, desde que tenham a Região Metropolitana de Salvador como local de prestação do serviço à época do desligamento, até o primeiro dia útil após o término do aviso prévio trabalhado ou até o décimo dia após o comunicado, em caso de aviso prévio indenizado. Para os demais serão observados os preceitos legais cabíveis.

Parágrafo Primeiro- Será concedido aviso prévio de 60 (sessenta) dias ao Empregado demitido sem justa causa com idade superior a 60 (sessenta) anos para mulher ou 65 (sessenta e cinco) anos para o homem, cujo tempo de serviço seja superior a 5 (cinco) anos, sendo que para os profissionais que fizerem jus ao aviso prévio estabelecido pela Lei nº 12.506, não haverá acréscimo de dias para os empregados com até 10 (dez) anos de serviços prestados, garantindo se o limite mínimo de 60 (sessenta) dias, ficando estabelecidos os períodos de aviso prévio total, conforme segue:

Tempo de serviço na empresa	Período de aviso prévio
Até 5 anos	Conforme Lei Nº. 12506
5 anos	60 dias
6 anos	60 dias
7 anos	60 dias
8 anos	60 dias
9 anos	60 dias
10 anos	60 dias
11 anos e acima	Conforme Lei Nº12.506

Parágrafo Segundo - Havendo descumprimento dos prazos e condições previstas nesta cláusula, será paga ao Empregado a multa prevista em lei.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATOS DE EXPERIENCIA

Nos casos de readmissão de empregado para a mesma função anteriormente exercida, não será celebrado Contrato de Experiência, desde que a readmissão ocorra num prazo inferior a 2 (dois) anos do desligamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - RETENÇÃO DA CTPS

Será devida ao Empregado a indenização correspondente a 01 (hum) dia de salário, por dia de retenção de sua carteira profissional pelo Empregador, após o prazo de cinco dias úteis.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EDUCAÇÃO CONTINUADA, APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**

As Empresas envidarão todos os esforços para o aperfeiçoamento dos seus Empregados, admitindo que os mesmos, a título de educação continuada, aperfeiçoamento técnico ou desenvolvimento profissional, utilizem para esse fim, um período de até 24 horas anuais.

a) Entende-se como educação continuada toda atividade e hora de estudo destinada à complementação e atualização da formação pessoal, que de alguma forma venha a contribuir para o desenvolvimento profissional, como tal definido pela Empresa.

b) Entende-se como aperfeiçoamento técnico, a participação em cursos ministrados pela própria Empresa ou terceiros, participação em seminários, congressos técnicos, ou eventos similares de interesse do setor.

c) As Empresas divulgarão amplamente sua política de treinamento bem como as previsões anuais de realização de cursos, eventos, seminários etc., incentivando a participação do seu corpo técnico.

d) As Empresas incentivarão intercâmbio tecnológico de profissionais da área técnica, entre as Empresas do setor de trabalho, como uma das formas de aperfeiçoamento profissional.

e) As Empresas envidarão esforços na criação de mecanismos que possibilitem a adequada inovação tecnológica do quadro técnico e a transferência de conhecimento nas suas áreas de atuação.

f) Os Empregados que frequentam cursos regulares de 1º e 2º grau ou universitários, poderão utilizar a totalidade destas 24 (vinte e quatro) horas anuais, equivalentes a 2 (duas) horas mensais, desde que comuniquem à respectiva chefia, por escrito, no início de cada semestre. Estas horas poderão ser utilizadas também para a realização de exames vestibulares, condicionadas à prévia comunicação à chefia e posterior comprovação.

Parágrafo Único - O Empregador se compromete a efetuar o treinamento, preparação ou remanejamento interno de seus Empregados quando da adoção de novas tecnologias que, direta ou indiretamente, impliquem na necessidade de adequação de mão-de-obra.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CERTIFICADO DE CURSOS

No ato da rescisão de contrato de trabalho, a empresa fornecerá ao empregado, desde que solicitado, declaração de cursos que o empregado tenha concluído na empresa.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - F.G.T.S**

O Empregador manterá atualizado junto à CEF o endereço dos seus empregados para efeito do envio pela CEF dos extratos, desde que o empregado atualize o respectivo endereço junto ao empregador.

Parágrafo Único - Em caso de rescisão de contrato, o Empregador deverá solicitar ao banco depositário o histórico da conta vinculada do F.G.T.S. do Empregado despedido.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ESTABILIDADES ESPECIAIS

Fica assegurado aos Empregados garantia provisória de emprego, ou salário, nas condições e prazos conforme segue:

- a) Aos Empregados afastados por doença, até 30 (trinta) dias após alta médica;
- b) Aos Empregados com no mínimo 03 (três) anos de serviço na Empresa que tenham comprovado junto à mesma estarem a menos de 1 (um) ano da aposentadoria integral, durante este período;
- c) Aos Empregados egressos do INSS em decorrência de acidente do trabalho ou doença ocupacional e às gestantes, de acordo com a Lei.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho não poderá exceder 42:00 (quarenta e duas horas) semanais ou 210:00 (duzentos e dez horas) mensais, nesta incluído o descanso semanal remunerado.

Parágrafo Primeiro - A jornada dos Empregados estudantes não poderá ser prorrogada, ressalvadas as hipóteses previstas nos Art. 59 a 61 da CLT.

Parágrafo Segundo - Por conveniência administrativa o Empregador poderá estabelecer programa de compensação de dias de trabalho, quando estes dias úteis se situarem entre feriados, entre feriado e final de semana ou ainda como prolongamento de final de semana, de maneira a evitar funcionamento intermitente da Empresa, e de forma a propiciar maiores períodos de descanso (folgas) aos Empregados. Esta compensação se dará com a prorrogação da jornada diária, através de programação divulgada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FOLGA MENSAL

Os Empregados que estiverem laborando fora de perímetro urbano da sede de sua contratação terão direito a uma folga de 01 dia sem prejuízo do seu salário, mediante escala a ser estabelecida pelo Empregador, após o pagamento dos salários, desde que o contrato específico ao qual ele esteja vinculado permita a folga sem prejuízo para a Empresa.

Parágrafo Único - Quando não houver previsão de folga no Contrato específico sem prejuízo para a Empresa, será mantido o direito a uma folga de até um dia por mês, conforme escala a ser estabelecida pelo Empregador, no próprio mês do pagamento dos salários, folga essa que será compensada no mesmo mês.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho de telefonistas, datilógrafos e digitadores, submetidos a essa atividade em tempo integral, não poderá exceder a 6:00h (seis horas) diárias, 32:30h (trinta e duas horas e trinta minutos) semanais ou 162:30h (cento e sessenta e duas horas e trinta minutos) mensais, nesta incluindo o descanso semanal remunerado com intervalo de 10min (dez minutos) de descanso, para cada 50min (cinquenta) minutos trabalhados.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PROGRAMAÇÃO DE FÉRIAS

O Empregador consultará o interesse de seus Empregados na definição do Programa anual de férias, estabelecendo o período de gozo, cuja comunicação deverá ser efetuada ao Empregado com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Primeiro - O início das férias não coincidirá com sábados, domingos, feriados ou dias úteis já compensados.

Parágrafo Segundo - Durante o período de férias, o Empregado só poderá ser convocado para quaisquer atividades, com seu próprio consentimento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS

O empregador a seu critério poderá negociar a antecipação de períodos futuros de férias com seu funcionário, mediante acordo individual escrito, sem qualquer prejuízo ao empregado.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - UNIFORMES E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EPI

Os uniformes e roupas profissionais, quando exigidos, assim como os EPI's(Equipamentos de Proteção Individual), serão fornecidos, gratuitamente, pelas empresas aos empregados.

UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FARDAMENTO

Quando a Empresa exigir fardamento para exercício de determinadas funções, o mesmo será fornecido gratuitamente, em número de 02 (dois) por ano.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EXAMES MÉDICOS

Será assegurada a todos os Empregados a realização de exames médicos nas condições abaixo descritas:

- a)** Admissional: no ato da contratação;
- b)** Periódicos: no mínimo 01 (uma) vez por ano para todos os Empregados;
- c)** Preventivos: no mínimo a cada 06 (seis) meses para todos os Empregados submetidos a condições de trabalho ou atividades perigosas, insalubres e sujeitas à doença profissional;
- d)** Demissional: no ato do comunicado do aviso prévio, da despedida ou da demissão.

Parágrafo Primeiro - A definição dos exames a serem realizados, ficará a critério da área médica especializada em medicina do trabalho.

Parágrafo Segundo - Deverá ser dado conhecimento do atestado demissional de saúde ocupacional ao Empregado e ao SINDPEC, fazendo que cópia do mesmo acompanhe a rescisão de contrato.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ATESTADO MÉDICOS / ODONTOLÓGICOS

Serão eficazes os atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais credenciados pela Empresa, Sindicato e Previdência Social, para abono de faltas ao serviço.

READAPTAÇÃO DO ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ACIDENTE DE TRABALHO/ DOENÇA PROFISSIONAL / READAPTAÇÃO

As Empresas comprometem-se a reaproveitar em seu quadro, de acordo com parecer médico de seus credenciados, ou do INSS, em função compatível com a condição física e de saúde, seus Empregados que sofrerem redução da capacidade laborativa em consequência de acidente de trabalho ou doença profissional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ACIDENTE DE TRABALHO / COMUNICAÇÃO

Empregador comunicará ao SINDPEC sobre o Empregado afastado por doença ocupacional ou acidente de trabalho, através de cópia do CAT - Comunicado de Acidente de Trabalho, no prazo máximo de 24:00h. (vinte e quatro horas) após a ocorrência.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - TRANSPORTE DE ACIDENTADOS, DOENTES E PARTURIENTES

Obriga-se o Empregador a transportar o Empregado, com urgência, para local apropriado em caso de acidente, mal súbito ou parto, desde que ocorram no local e durante o horário de trabalho.

RELAÇÕES SINDICAIS

SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

Mediante acerto prévio entre empresa e o SINDPEC quanto à data, horário e local da realização, serão permitidas campanhas semestrais de sindicalização dos empregados, limitadas a no máximo 02 (dois) dias por ano.

Parágrafo Único - As campanhas deverão ser realizadas de modo a não interferir na execução dos serviços afetos aos empregados.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - REPRESENTAÇÃO SINDICAL

As Empresas reconhecerão a figura do Representante Sindical, norteados pelas seguintes condições:

- a) Os Representantes serão eleitos pelos Empregados de cada uma das Empresas, por voto direto e secreto via processo eleitoral;
- b) Haverá 01 (hum) Representante para cada 75 (setenta e cinco) Empregados, assegurando-se que haverá pelo menos 01 (hum) Representante Sindical nas Empresas que tenham mais de 30 (trinta) Empregados;
- c) A Representação Sindical será exercida sem prejuízo e/ou interferência no cumprimento das obrigações funcionais para as quais o Empregado foi contratado;
- d) O mandato do Representante Sindical será de 01 (hum) ano contado da data da posse, garantida a estabilidade do Empregado nos termos do artigo oitavo, inciso oitavo da Constituição Federal.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas que possuem em seus quadros permanentes empregados diretores do SINDPEC definirão diretamente com a entidade laboral a possibilidade de liberação do referido dirigente, mediante Acordo específico a ser firmado.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ACESSO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

Fica assegurado aos dirigentes sindicais o acesso aos locais de trabalho para realização de atividades sindicais, em horário não coincidente com o horário de trabalho, com o prévio consentimento do Empregador, sendo a entrega de material de divulgação permitida durante o expediente, feita a

comunicação prévia ao Empregador, sendo garantida a liberação de locais para afixação de informes sindicais e da Comissão de Empregados.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADE SINDICAL

O Empregador apenas como intermediário efetuará na folha de pagamento, o desconto das mensalidades dos associados ao SINDPEC, mediante solicitação da entidade, acompanhada da autorização de desconto do Empregado, comprometendo-se a repassar os valores correspondentes em até 05 (cinco) dias após a data em que forem efetuados os descontos.

Parágrafo Primeiro - As empresas colocarão à disposição do sindicato os valores correspondentes, recolhendo o montante arrecadado através de boleto a ser solicitado pelo e-mail financeiro@sindpec.org.br.

Parágrafo Segundo - O Empregador se compromete a enviar ao SINDPEC, no prazo máximo de 72:00h (setenta e duas horas), após o repasse, o comprovante de depósito bancário acompanhado da relação nominal com os respectivos valores.

Parágrafo Terceiro - Em caso de descumprimento do prazo previsto nesta cláusula, as Empresas pagarão a multa de 2 % (dois por cento) do valor descontado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL PARA CUSTEIO DA CAMPANHA SALARIAL

O Empregador, apenas como intermediário, efetuará em favor do SINDPEC, segundo deliberação da Assembleia Geral dos Empregados, um desconto no salário base dos Empregados, correspondente a 2,0% (um por cento), no mês seguinte ao da aplicação das cláusulas salariais estabelecidas nesta Convenção em 2 (duas) parcelas iguais e sucessivas de 1,0% (um por cento) cada, do salário base já reajustado.

Parágrafo Primeiro - O SINDPEC, por estar expressamente autorizado por sua categoria a arrecadar a presente Contribuição Assistencial, através da Assembleia Geral regularmente convocada, responsabiliza-se, de forma exclusiva, quanto a eventuais questionamentos judiciais ou administrativos efetuados junto às empresas em decorrência de operarem os referidos descontos ou de não os operarem em favor de outras entidades sindicais, e autoriza as empresas a notificá-lo das ocorrências que chegarem ao seu conhecimento, para as providências cabíveis.

Parágrafo Segundo - 05 (cinco) dias após a data em que forem efetuados os descontos a empresa colocará à disposição do sindicato os valores correspondentes, recolhendo o montante arrecadado à arrecadado através de boleto a ser solicitado pelo e-mail financeiro@sindpec.org.br.

Parágrafo Terceiro - Até 72:00 (setenta e duas horas) após a efetivação do depósito a Empresa enviará ao SINDPEC cópia do comprovante bancário, bem como relação nominal dos Empregados com os respectivos valores descontados e recolhidos.

Parágrafo Quarto - Ficam isentos da contribuição prevista nesta cláusula os diretores das Empresas, bem como os Representantes da Comissão Patronal de negociação.

Parágrafo Quinto - O desconto de 1,0 % (um por cento), dos empregados não sindicalizados, será efetuado proporcionalmente à data de admissão do empregado compreendido entre a data base anterior e a data base atual.

Parágrafo Sexto - No caso de atraso no repasse dos descontos estabelecidos nesta cláusula, incidirá multa de 2% (dois por cento) por mês de atraso subsequente ou fração de mês, com juros conforme Taxa Selic.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PARA SINDICATO PATRONAL**I - PERÍODO DE VIGÊNCIA 01/05/2023 A 30/04/2024**

Conforme previsto na Constituição Federal, artigo 8º, inciso IV, combinado com o artigo 513, letra e, da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, a contribuição negocial patronal foi deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária do Sinaenco - Bahia. O valor definido foi de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), com vencimento 01/04/2024.

Parágrafo 1º - As empresas associadas ao SINAENCO-BA e em dia com os pagamentos das mensalidades da Seção Regional da Bahia, terão o desconto de 50% sobre o valor total da contribuição negocial.

Parágrafo 2º - Entende-se por associadas às empresas pertencentes ao quadro social do SINAENCO - Seção Regional da Bahia e regularmente em dia com suas mensalidades. Entende-se por não associadas, as empresas filiadas, isto é, as empresas pertencentes à categoria econômica da Arquitetura e da Engenharia Consultiva que não compõem o quadro social do SINAENCO, mas que utilizam as Convenções Coletivas de Trabalho.

Parágrafo 3º - As empresas de Arquitetura e de Engenharia Consultiva, ainda que tenham sede em outros Estados, mas que estejam realizando serviços no Estado da Bahia e obedecendo aos preceitos das Convenções Coletivas firmadas pelo SINAENCO, Seção Regional da Bahia deverão recolher a contribuição negocial prevista nesta cláusula.

Parágrafo 4º - Empresas sem empregados, detentoras de RAIS NEGATIVA, poderão solicitar atualização do boleto bancário - valor único de R\$ 200,00 (duzentos reais), mediante apresentação da cópia do documento emitido pelo Ministério da Economia: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>, a atualização do boleto deverá ser solicitada pelo e-mail: cadastro@sinaenco.com.br A AGE definiu que o valor de cada contribuição poderá ser pago através de boleto bancário emitido pelo SINAENCO. Os valores pagos em atraso sofrerão multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês.

II - PERÍODO DE VIGÊNCIA 01/05/2024 A 30/04/2025

Conforme previsto no artigo 513, letra e, da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT e art. 3º, inciso IV do estatuto do Sinaenco, a **Contribuição Assistencial Patronal 2024** foi deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária do SINAENCO Bahia. O valor definido foi de **R\$ 400,00** (quatrocentos reais) – com vencimento em **29/11/2024**.

Parágrafo 1º - As empresas associadas ao SINAENCO-BA e em dia com os pagamentos das mensalidades da Seção Regional da Bahia, terão o desconto de 50% sobre o valor total da Contribuição Assistencial Patronal.

Parágrafo 2º - Entende-se por associadas às empresas pertencentes ao quadro social do SINAENCO Seção Regional da Bahia e regularmente em dia com suas mensalidades. Entende-se por não associadas, as empresas filiadas, isto é, as empresas pertencentes à categoria econômica da Arquitetura e da Engenharia Consultiva que não compõem o quadro social do SINAENCO, mas que utilizam as Convenções Coletivas de Trabalho.

Parágrafo 3º - As empresas de Arquitetura e de Engenharia Consultiva, ainda que tenham sede em outros Estados, mas que estejam realizando serviços no Estado da Bahia e obedecendo aos preceitos das Convenções Coletivas firmadas pelo SINAENCO, Seção Regional da Bahia, deverão recolher a contribuição negocial prevista nesta cláusula.

Parágrafo 4º - Empresas sem empregados, poderão solicitar atualização do boleto bancário - valor único de **R\$ 200,00** (duzentos reais), mediante envio da RAIS NEGATIVA ou GFIP sem movimento referente ao ano anterior ao da cobrança, ou a DCTFWeb do ano da cobrança, para o e-mail: sinaenco@sinaenco.com.br.

Parágrafo 5º - Os valores pagos em atraso sofrerão multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DIREITO DE OPOSIÇÃO - EMPREGADOS

I - PERÍODO DE VIGÊNCIA 01/05/2023 A 30/04/2024

O empregado que não concordar com o desconto da Contribuição prevista na Cláusula **"Contribuição Especial para Custeio da Campanha"**, deverá comunicar sua oposição através de carta, entregue **pessoalmente na sede do SINDPEC** ou **por Carta Registrada com AR**, conforme MEMO CIRCULAR nº 04 SRT/MTE de Janeiro de 2006, e o TAC assinado com o MPT em 13/02/2014, a qualquer tempo, a partir da comunicação do SINAENCO e do SINDPEC da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, deixando as empresas de promover o desconto previsto, somente se o empregado não sindicalizado **exibir a sua carta de oposição protocolada no SINDPEC ou o Aviso de Recebimento da Carta Registrada**.

Parágrafo 1º – A desautorização não terá efeito retroativo.

Parágrafo 2º - A presente cláusula é de total responsabilidade do Sindicato Profissional deliberada em suas assembleias, sendo que se responsabilizam de forma exclusiva pelos descontos estabelecidos na presente Cláusula e autorizam as empresas a sua obrigatória denúncia da lide, nos termos do art. 125, II, do CPC, em quaisquer controvérsias que envolvam a presente Cláusula.

Parágrafo 3º - As empresas servirão como meros agentes repassadores não se responsabilizando pelos descontos efetuados, que é de total responsabilidade do Sindicato Profissional signatário.

II - PERÍODO DE VIGÊNCIA 01/05/2024 A 30/04/2025

a) O trabalhador que desejar exercer o direito de oposição ao desconto da **"Contribuição Especial para Custeio da Campanha"** deverá enviar Carta de próprio punho, devidamente assinada, ao SINDPEC, com cópia para o empregador, manifestando a sua oposição à Contribuição, desautorizando o seu desconto, em até (15 dias quinze) corridos contados da data do registro do presente instrumento no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho;

b) A carta deverá conter os seguintes dados: Nome, CPF, número do telefone e e-mail para contato do Trabalhador; Razão Social/Nome, CNPJ, e endereço do Empregador;

c) A carta deverá ser enviada via Correios, com AR, para o endereço do SINDPEC, Rua Conselheiro Spínola, 7 - Barris, Salvador - BA, CEP 40.070-130;

d) Cartas de Oposição enviadas para o SINDPEC sem os dados mencionados na alínea "b" deste inciso, serão desconsideradas e automaticamente não validadas para fins de Oposição à cobrança da Contribuição;

e) Não será permitido o envio de mais de uma carta de oposição por correspondência;

f) Com a finalidade do sindicato poder auditar/fiscalizar o cumprimento desta Convenção Coletiva, deverá o empregador enviar ao sindicato relação dos trabalhadores que não desautorizaram o desconto, com nome completo, CPF, remuneração e valor descontado da **"Contribuição Especial para Custeio da Campanha Salarial"** de cada trabalhador, resguardadas as responsabilidades decorrentes da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), para o e-mail: administrativo@sindpec.org.br

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - COMISSÃO PARITÁRIA**

Fica acordada a instalação de uma Comissão Paritária, composta por 03 representantes a serem indicados por cada sindicato conveniente, no ato da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho, que terá a responsabilidade de zelar pelo cumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho e estudar melhorias nas condições de trabalho.

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - PENAL

É obrigação dos Empregadores, dos Trabalhadores e do Sindicato Laboral o fiel cumprimento das Cláusulas estabelecidas nesta Convenção Coletiva, ficando desde já estabelecida multas nos valores discriminados na tabela a seguir (empresas e empregados), no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas, revertendo-se o valor para a parte prejudicada, sendo esta multa cobrada pela parte prejudicada no ato do descumprimento.

I - PERIODO VIGÊNCIA 01/02/2024 A 31/10/2024

Data de aplicação do Valor da Multa	01/02/24
Multa por descumprimento pelas empresas	R\$ 900,00
Multa por descumprimento pelos empregados	R\$ 450,00

II - PERIODO VIGÊNCIA 01/11/2024 A 30/04/2025

Data de aplicação do Valor da Multa	01/11/24
Multa por descumprimento pelas empresas	R\$ 930,00
Multa por descumprimento pelos empregados	R\$ 465,00

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - APLICABILIDADE

Esta convenção aplica-se a todas as Empresas de Engenharia Consultiva, Consultoria e Assessoramento de Projetos, Planejamento e Controle Tecnológico e a seus Empregados, na Base Territorial do Estado da Bahia.

Parágrafo Único - As Empresas que possuem em seus quadros 5 (cinco) empregados ou menos, ficam desobrigadas do cumprimento do estabelecido nas Cláusulas "Assistência Médica", "Auxílio Creche/Pré Escola", "Auxílio para Filho com deficiência", e "Educação continuada, aperfeiçoamento técnico, desenvolvimento profissional".

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DIVULGAÇÃO DE CÓPIAS

É responsabilidade exclusiva do SINAENCO a distribuição/fornecimento de cópias do presente instrumento para as Empresas.

Parágrafo Primeiro - A divulgação do presente instrumento para os Empregados deverá ser feita através do site, boletins, folhetos e jornais pelo SINDPEC.

Parágrafo Segundo - O SINAENCO distribuirá cópias do presente instrumento segundo seus critérios internos.

Parágrafo Terceiro - Os Empregados que vão ingressar ou já ingressaram com ação na Justiça do Trabalho ou outros processos administrativos, terão acesso a esta Convenção através do SINDPEC.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS

Ficam asseguradas, a todos os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, as condições previstas na **Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024**, que aqui não foram objeto de modificação, bem como, se assim as empresas desejarem, ficam mantidas as condições mais favoráveis que vem sendo praticadas nas mesmas de maneira espontânea.

}

LOURIVAL JOSE DE OLIVEIRA LOPES
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SIND EMPREG EMPRESAS DE ASSES PER INF PESQ EST DA BAHIA

DAVI BARBOSA DE AZEVEDO
DIRETOR
SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA

ANEXOS
ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA GLORIA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA RODELAS

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - LISTA DE PRESENÇA PEDRA BRANCA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IV - LISTA DE PRESENÇA RLAN

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO V - LISTA DE PRESENÇA TAQUIPE

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VI - LISTA DE PRESENÇA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VII - ATA DE ASSEMBLEIA PARTE 01

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VIII - ATA DE ASSEMBLEIA PARTE 02

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IX - ATA DE ASSEMBLEIA PARTE 03

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo III: Especificações Técnicas



Anexo III - Especificações Técnicas - Apoio à Fiscalização e Supervisão Técnica

Objetivo

A presente especificação tem por finalidade estabelecer critérios, normas e procedimentos a serem seguidos no processo de condução dos serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica de instrumentos na área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado da Bahia. Em conjunto com a Planilha de Custos do Orçamento de Referência, o Edital, o Contrato e demais documentos, estas especificações servirão como referência e orientação quanto aos diversos aspectos construtivos da obra e execução dos serviços comuns de engenharia. Neste documento serão abordados detalhes relacionados à metodologia e aos materiais a serem aplicados nas diferentes etapas ou itens de serviço a serem feitos. Eventuais omissões serão dirimidas pela fiscalização da CODEVASF.

Prazo

O prazo para execução dos serviços será de 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da ordem de serviço.

1. Serviços de Apoio à Fiscalização e Supervisão Técnica

Os serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica e os serviços topográficos devem ocorrer em conformidade com a Norma Regulamentadora (NR) no 6, de forma que todos os profissionais que em visita técnica a obras sejam munidos de equipamentos de proteção individual adequados e material de apoio para realização dos serviços.

Os serviços de apoio à fiscalização compreendem:

- Elaboração de Parecer Técnico quanto à conformidade, viabilidade, consistência e coerência de Projetos Básicos, Executivos e Orçamentos perante normas técnicas brasileiras, manuais técnicos de órgãos especializados, jurisprudência de órgãos de controle e termo de referência que o instrumento esteja submetido, quando cabível;
- Elaboração de Parecer Técnico quanto à procedência de pedidos de Aditivo, Reajustameto ou de Reequilíbrio Econômico-Financeiro de instrumentos fiscalizados pela 6ª Superintendência Regional (6ª SR) da Codevasf, de acordo



com os dados de acompanhamento do instrumento e o termo de referência ao qual esteja submetido;

- Elaboração de Relatório de Fiscalização e Supervisão Técnica, que compreende a descrição dos serviços engenharia vistoriados quanto ao avanço físico, uso correto de insumos e à qualidade da execução, o relato de ocorrências observadas e inclusão de Relatório Fotográfico com coordenadas;
- Elaboração de Relatório de Medição dos Serviços, que compreende a quantificação dos serviços executados em Memória de Cálculo, a inclusão de Relatório Fotográfico com coordenadas e o preenchimento Folha de Medição. A fiscalização do contrato disponibilizará modelo para a Memória de Cálculo e Folha de Medição, conforme procedimento vigente na Codevasf.
- Elaboração de Projeto Básico ou Executivo, em conformidade com normas técnica brasileiras e manuais técnicos de órgãos especializados, com emissão de ART do profissional responsável;
- Elaboração de Relatório de Visita Técnica, que compreende a descrição de dados coletados a pedido da fiscalização e a inclusão de Relatório Fotográfico com coordenadas. A visita técnica poderá ter duas finalidades: a) Coleta de dados para celebração de convênios com Prefeituras ou Associações; b) Coleta de dados para doação de bens móveis. O sumário de dados a serem coletados será fornecido pela fiscalização do contrato previamente, e estará alinhado à finalidade da coleta de dados, sendo que a visita técnica poderá ocorrer em comunidades, povoados, distritos ou municípios na área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf;
- Elaboração de Relatório de Enquadramento de Vias, que compreende a visita técnica a vias urbanas ou rurais, análise de critérios, enquadramento de características em formulário padrão da Codevasf e inclusão de relatório fotográfico com coordenadas. A fiscalização do contrato fornecerá modelo vigente para a realização dos serviços.
- Execução dos serviços relacionados aos levantamentos geodésicos seguindo metodologia apresentada nas Especificações e Normas para Levantamentos Geodésicos em Território Brasileiro e nas Especificações e Normas Gerais para levantamentos GPS.
- Os serviços topográficos a serem executados devem favorecer o uso de GPS

geodésico com Receptores de Dupla Frequência (L1/L2) e Estação Total eletrônica com precisão angular de 2" e linear de 2cm, conforme tabela de insumos para a cesta de instalações de Topografia da Tabela de Consultoria do DNIT (Referência: Abril/2024). A substituição deste equipamento por outro deverá ser submetido ao fiscal do contrato para análise e aprovação, a fim de garantir a qualidade técnica dos serviços topográficos.

- Com a evolução das tecnologias os trabalhos geodésicos e topográficos poderão ser executados também com novas tecnologias como o VANT – Veículo Aéreo Não Tripulado (Drone), conforme tabela de insumos para a cesta de instalações de Topografia da Tabela de Consultoria do DNIT (Referência: Abril/2024)..

Ao final dos serviços, a Contratada deverá elaborar peças técnicas para apresentação dos resultados e descrição sumárias das metodologias aplicadas. Essas peças compreendem desenhos de levantamento, projetos geométricos, fotos ou outros produtos topográficos e cartográficos derivados dos serviços, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável.

Todas as peças técnicas aprovadas pela fiscalização do Contrato devem constar no Relatório Mensal dos Serviços.

2. Medição e Pagamento

Os serviços serão pagos mensalmente mediante a submissão e aprovação pela fiscalização do Relatório Mensal dos Serviços, que deverá apresentar:

- Sumário de atividades realizadas pela equipe de técnica, separando-se os itens de Topografia, Apoio à Fiscalização e Supervisão Técnica, e Administrativa;
- Número de dias dedicados a trabalho em campo por cada membro da equipe técnica, com a inclusão de datas e os locais visitados;
- Relação de instrumentos acompanhados pela equipe técnica;
- Cópia da Folha de Ponto dos funcionários e registro fotográfico das atividades em campo, em caso de viagens;
- Peças técnicas aprovadas pela fiscalização;
- ARTs emitidas após produção de peças técnicas, quando couber;
- ARTs de fiscalização;



- Relação de roteiros de viagens, com a indicação das cidades de origem, destino e a data da viagem;
- Observações sobre a progressão dos serviços;
- Saldo contratual a realizar.

3. Termo de Encerramento

O encerramento dos serviços será atestado pela fiscalização da Codevasf mediante apresentação de Relatório Final, o qual deverá apresentar:


- Apresentação do escopo do contrato e da própria empresa;
- Apresentação das instalações, veículos e equipamentos técnicos de maior vulto utilizados nos serviços, com registro fotográfico;
- Relação de profissionais que participaram da equipe técnica e o período correspondente;
- Relação de instrumentos fiscalizados e as respectivas ARTs de fiscalização emitidas, com a descrição sucinta e objetiva do estágio de execução em que se encontram e observações sobre a execução do objeto;
- Quantitativo final de peças técnicas produzidas por tipo, conforme categorias apresentadas nessas especificações técnicas. A contratada poderá incluir novos tipos, seja para detalhamento ou pela ocorrência ao longo do contrato;
- Quantitativo final de dias dedicados a trabalhos em campo, por categoria de profissional: Chefe de escritório; Técnico de Obras; Auxiliar. A contratada poderá incluir novos tipos, seja para detalhamento ou pela ocorrência ao longo do contrato;
- Relação de municípios visitados e a frequência total;
- Valor inicial contratado;
- Valor total faturado pela Contratada;
- Lições aprendidas na gestão dos serviços prestados junto à Codevasf;
- Conclusões.

Juazeiro, 12 de novembro de 2024.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo IV: Matriz de riscos

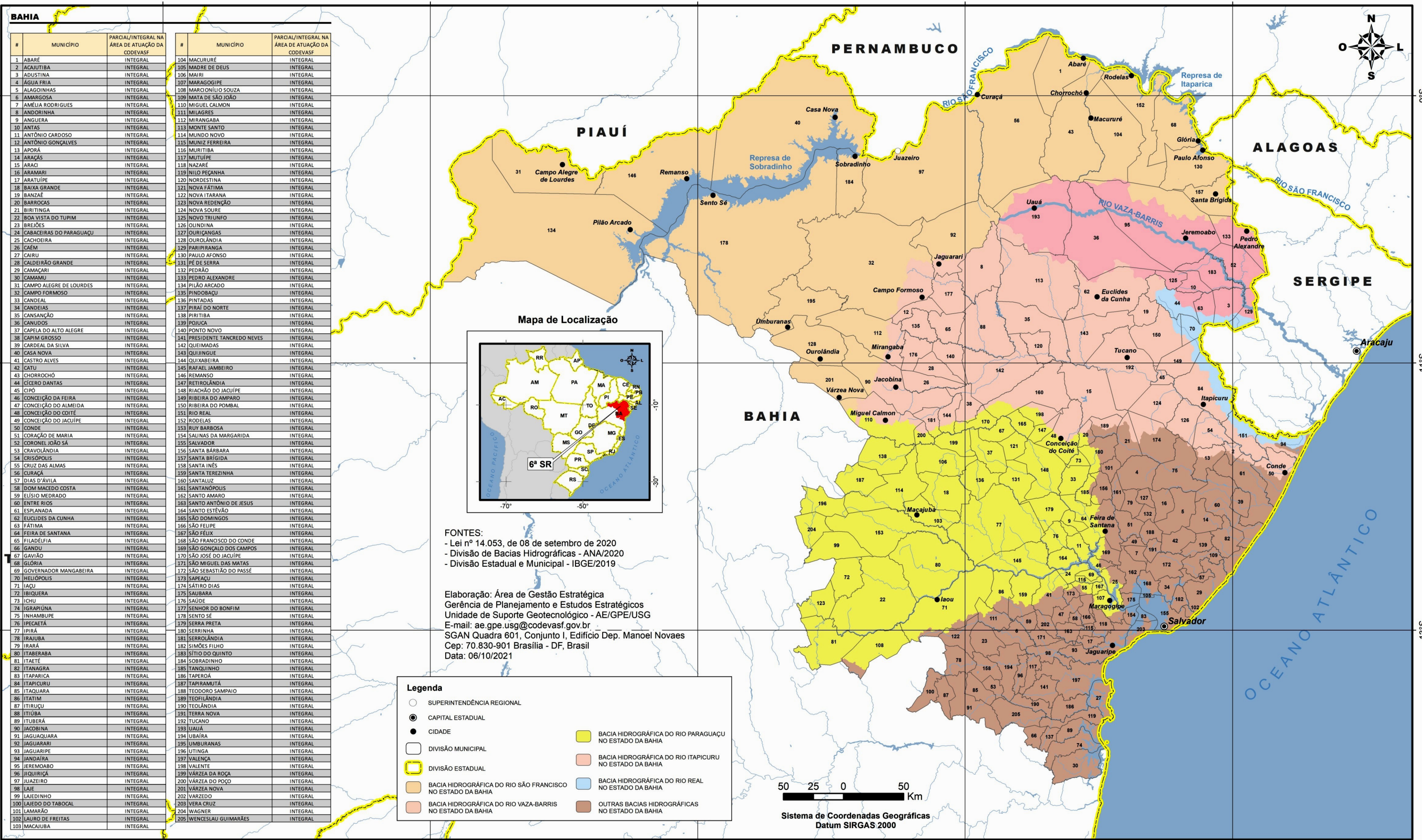
		Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba				
OBJETO DA CONTRATAÇÃO:		Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia.				
Anexo IV - MATRIZ DE RISCO						
Nº	Risco	Definição	Impacto	Materialização	Mitigação	Alocação
1	Não atendimento as cláusulas editalicias/contratuais	Risco Jurídico/Administrativo: Não manter os profissionais que comprovaram ter capacidade técnica conforme especificado no edital	Alto	Problemas Jurídicos que possam vir a imputar penas a Codevasf	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade	Contratante
				Falha na qualidade da entrega dos produtos e serviços	Aplicação de sanções	Contratada
2	Não atendimento as cláusulas editalicias/contratuais	Risco Jurídico/Administrativo: Não cumprir as obrigações trabalhistas	Alto	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços ou imputar penas a Codevasf	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade Aplicação de sanções	Contratante
				Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços	Regularizar a situação de obrigações trabalhistas e fornecer mensalmente comprovações conforme edital / contrato a Codevasf	Contratada
3	Não atendimento as cláusulas editalicias/contratuais	Risco Jurídico/Administrativo: Não manter as condições de habilitação	Médio	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços ou imputar penas a Codevasf	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade Aplicação de sanções	Contratante
				Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha nas qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	Regularizar a situação de obrigações trabalhistas e fornecer mensalmente comprovações conforme edital / contrato a Codevasf	Contratada
					Novas entregas e refazimento de serviços sem ônus ao contratante	
4	Não atendimento as cláusulas editalicias/contratuais	Risco Jurídico/Administrativo: Não manter a quantidade de equipamento de: topografia, laboratórios e de veículos, assim como: a quantidade de diárias e de mobiliário necessários e suficientes para perfeito acompanhamento da obra	Médio	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços ou imputar penas a Codevasf	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade Aplicação de sanções	Contratante
				Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços; Falha na qualidade de entrega dos produtos e serviços; Surgimento de não conformidades; Patologias precoce nas obras.	Mobilizar equipe, equipamento e instalações necessários e suficientes para atendimento ao edital e situações de obras	Contratada
					Acompanhamento de refazimento de serviços sem ônus a Codevasf	
5	Diminuição do ritmo de obra	Risco operacional: Diminuição do ritmo de obra devido a pouca produtividade da construtora	Médio	Repactuação de cronograma	Redução da equipe de forma a se adequar à necessidade das obras Adequação do cronograma da contratada	Contratada
				Necessidade de aditivo de prazo	Aditivo de prorrogação de prazo da contratada, sem reflexo financeiro	Contratante
6	Desapropriação, Ambiental e etc.	Risco operacional: Diminuição do ritmo de obra devido a falta de frentes de serviço de obras (Desapropriação, ambiental e etc.).	Médio	Repactuação de cronograma	Adequação do cronograma	Contratada
				Necessidade de aditivo de prazo	Redução da equipe de forma a se adequar à necessidade das obras e serviços	Contratante
					Aditivo de prorrogação de prazo da contratada, sem reflexo financeiro	
7	Paralisação da obra	Risco operacional: Ocorrência de eventos no empreendimento que impeçam o andamento dos serviços de obras, o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos.	Alto	Repactuação do cronograma	Redução de mobilização da contratada Adequação do cronograma	Contratada
				Necessidade de aditivo de prazo	Aditivo de prorrogação de prazo da contratada, sem reflexo financeiro	Contratante
8	Controle tecnológico / Geométrico inclusivos / adicionais	Risco operacional: Execução de ensaios adicionais para elaboração / análise de revisão de projeto em fase de obras	Baixo	Necessidade de aumento de quantitativo para execução dos ensaios necessários à revisão de projetos em fase de obras	Adequação de quantitativos Aditivo de alteração de quantitativos da contratada	Contratada Contratante
9	Controle tecnológico / Geométrico deficitários	Risco operacional: Inadequação na aprovação dos ensaios por não atingirem a qualidade e periodicidade exigidos pelas instruções, normas e termo de referência, tais como: resultados apresentados insuficientes e/ou equipamentos não estarem devidamente calibrados.	Médio	Resultados de ensaios inconsistentes; Surgimento de não conformidades; Patologias precoces nas obras	Instauração Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade;	Contratante
		Risco operacional: Falha na efetividade da gestão da qualidade da(s) construtora(s), em especial pelo conjunto dos controles geométrico e tecnológico verificados pela contratada			Aplicação de sanções Acompanhamento de refazimento de serviço sem ônus a Codevasf	Contratada
10	Aumento de escopo	Risco operacional: Adição de novos serviços julgados necessários que não tenham sido identificados ou previstos no edital e termo de referência	Médio	Necessidade de realização de serviços e/ou estudos não previstos	Revisão/adequação de planilha de itens de serviços Aditivo de alteração de quantitativos/itens de serviço da contratada	Contratada Contratante
11	Modificação de Normas e Instruções de Serviços	Risco operacional: A Administração poderá modificar especificações de serviço e Normas, modificar e/ou ampliar escopo	Médio	Alteração no prazo e custos	Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual	Contratante
12	Caso fortuito ou força maior	Situações na execução do serviço que configurem caso fortuito ou força maior, como um evento proveniente de ato humano, imprevisível e inevitável, que impede o cumprimento de uma obrigação e/ou um evento previsível ou imprevisível, porém inevitável, decorrente das forças da natureza	Médio	Atraso no cronograma e aumento no custo	Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual	Contratante



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo V: Mapa de municípios da área de atuação da 6ª SR

MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo VI: Modelo de Declaração Referente à Equipe Técnica



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo VI: Modelo de Declaração Referente à Equipe Técnica

DECLARAÇÃO REFERENTE À EQUIPE TÉCNICA

A licitante (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei e por ser a expressão da verdade, de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para a execução dos serviços, profissionais com formação e experiência compatível ao indicado na relação de que trata o item 19 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, subitem 19.2.c), para prestar os serviços objeto desta licitação. Ratificamos que estes profissionais somente serão substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovados pela fiscalização da CODEVASF.

Cidade, ____/____/____

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo VII: Modelo de Relatório Mensal

Logo da Empresa

Nome da Empresa

RELATÓRIO MENSAL

[No. DO INSTRUMENTO]

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA APOIO TÉCNICO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA NA EXECUÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSOS, DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E DOAÇÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, NOS MUNICÍPIOS SOB ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF NO ESTADO DA BAHIA.

EMPRESA:
CNPJ:

MÊS/ANO

Logo da Empresa

Nome da Empresa

ÍNDICE

Inserir índice dos itens do relatório, com a indicação das páginas.

Logo da Empresa Nome da Empresa

1. OBJETIVO

Apresentar a relação de documentos obrigatórios e o sumário das atividades realizadas pela equipe técnica dedicada a prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos, de obras e serviços de engenharia, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia, firmado contratualmente entre a empresa **XXXXXXXX** (CNPJ: **XXXXXX**) e a 6ª SR através instrumento nº. **X.XXXX.XXX/20XX** para execução do seu objeto. Esse relatório será submetido à fiscalização da Codevasf para fins de análise, medição e pagamento dos serviços.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Relatório Mensal dos Serviços, ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E INFRAESTRUTURA – Unidade da administração superior da Codevasf, a qual esta afeta as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília/DF.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução do objeto.

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e A licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:

- a) Generalidades - incluem o objetivo, identificação do serviço, regime de execução do serviço, fiscalização, recebimento dos serviços, modificações de projeto e classificação dos serviços. Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- b) Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer serviço) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados nos serviços em questão).
- c) Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços, indicando traços de argamassa, método de assentamento, forma de corte de peças, etc.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da Codevasf indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, Codevasf e CONTRATADA, onde se definem todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start-up” da execução dos serviços.

6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em Juazeiro/BA, em cuja jurisdição territorial localizam-se os serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

Logo da Empresa Nome da Empresa

3. SUMÁRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO MÊS**3.1. Serviços Topográficos.**

A contratada deverá LISTAR os serviços técnicos prestados durante o mês, e, quando envolver produtos topográficos, deve-se relacionar a quantidade de produtos solicitados, em produção e desenvolvidos.

Os serviços e produtos topográficos deverão ser descritos de forma breve com a natureza do serviço, da demanda e o município onde será/está sendo/foi realizado, assim como devem ser classificados segundo seu estágio de completude da seguinte forma:

- a) Pendente (Não Iniciado);
- b) Em desenvolvimento;
- c) Em revisão (após entrega à fiscalização);
- d) Aprovado pela fiscalização.

Observações podem ser adicionadas sempre que cabível. O estilo de classificação acima é sugestivo, mas a contratada por incluir outras formas de caracterização do andamento dos serviços topográficos desde que devidamente explicado e suficiente para acompanhamento das atividades pela fiscalização. Contudo, a incompletude das informações disponibilizadas no relatório podem basear a recusa pela fiscalização e encaminhamento para as devidas correções.

As Anotações de Responsabilidade Técnica emitidas em decorrência dos produtos topográficos deverão constar nos anexos deste relatório.

Exemplo:

Serviço/Produto	Localidade	Demanda	Estágio	Observação
Levantamento Planialtimétrico	Senhor do Bonfim	6ª.GRD/UIP	Em desenvolvimento	Precisará de mais 1 semana para finalização.
Verificação de volumetria	Feira de Santana	CT 2.XXX.XXX/2021	Aprovado pela fiscalização	Contrato de estradas vicinais.

3.2. Apoio à Fiscalização e Supervisão Técnica

A contratada deverá LISTAR os serviços técnicos prestados durante o mês, e, quando envolver peças técnicas, deve-se relacionar a quantidade de produtos solicitados, em produção e desenvolvidos.

Os serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica deverão ser descritos de forma breve com a natureza do serviço, da demanda e o município onde será/está sendo/foi realizado, assim como devem ser classificados segundo seu estágio de completude da seguinte forma:

- e) Pendente (Não Iniciado);
- f) Em desenvolvimento;
- g) Em revisão (após entrega à fiscalização);
- h) Aprovado pela fiscalização.

Observações podem ser adicionadas sempre que cabível. O estilo de classificação acima é sugestivo, mas a contratada por incluir outras formas de caracterização do andamento dos serviços topográficos desde que devidamente explicado e suficiente para acompanhamento das atividades pela fiscalização. Contudo, a incompletude das informações disponibilizadas no relatório podem basear a recusa pela fiscalização e encaminhamento para as devidas correções.

As Anotações de Responsabilidade Técnica emitidas em decorrência das peças técnicas deverão constar nos anexos deste relatório. As peças técnicas produzidas e aprovadas pela fiscalização deverão constar na correspondência eletrônica.

Logo da Empresa Nome da Empresa

Exemplo:

Serviço/Produto	Localidade	Demanda	Estágio	Observação
Relatório de Visita de Supervisão Técnica	Presidente Dutra	CV. 2.XXX.XXX/20218	Em revisão	O profissional precisará realizar nova visita para coletar informações complementares
Visita técnica para doação	Anagé - Associação XXXX	Comissão de Doação de Bens Móveis	Pendente	O presidente da associação marcou data da visita.

3.3. Atividades Administrativas

A contratada deverá descrever de forma breve as atividades administrativas realizadas pelo(a) Auxiliar Administrativo e pelo(a) Engenheiro(a) Supervisor(a) designado(a), contendo, de forma obrigatória, as reuniões realizadas com a fiscalização de forma remota ou presencial.

Na descrição das reuniões entre a Codevasf e a contratada, devem conter:

- Data de realização
- Local ou indicação se foi realizada remotamente;
- Pauta;
- Encaminhamentos da reunião.

Observações podem ser adicionadas sempre que cabível.

4. ROTEIROS E DIÁRIAS

Neste item, a contratada irá relacionar, para cada profissional, o número de dias dedicados a trabalho em campo e o número de pernoites fora do local designado de trabalho, em um Quadro Resumo. Em seguida, o roteiro das viagens realizadas deverá ser relacionada em trabalho apropriada.

4.1. Quadro Resumo das Diárias

Exemplo:

Profissional	Lotação	Dias trabalhados em Campo	Pernoites
Engenheiro(a)	Juazeiro/BA		
Técnico(a)	Juazeiro/BA		

Os dias trabalhados em campo serão contabilizados para pagamentos de diárias de alimentação, ao passo que o número de pernoites serão contabilizados para pagamento de diárias de hospedagem.

4.2. Roteiros

A contratada deve relacionar os roteiros de viagem relacionados para cada profissional, com o local de saída, as localidades visitadas e o local de retorno. O período de viagem deverá ser incluído, com data de saída e data de retorno. A organização dos roteiros por ocorrer por lotação, por categoria de profissional, ou da forma mais conveniente, clara e objetiva.

Logo da Empresa Nome da Empresa

5. INSTRUMENTOS

A contratada deverá relacionar todos os instrumentos que receberam serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica. As Anotações de Responsabilidade Técnica de Fiscalização emitidas deverão constar nos anexos deste relatório.

6. RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS

A contratada deverá prover a relação de profissionais dedicados exclusivamente à execução dos serviços, com a sua lotação, formação e função específica. A folha de ponto desses funcionários deve constar nos anexos desse documento, bem como o registro fotográfico das atividades desenvolvidas em campo.

7. EXECUÇÃO FINANCEIRA

A contratada deverá apresentar o valor total que consta na fatura encaminhada à fiscalização. Além disso, orienta-se apresentar o valor total contratado, o valor executado em faturas atestadas pela fiscalização, o saldo contratual a realizar e a ocorrência de aditivos contratuais que impliquem aumento do valor contratado.

Exemplo:

Medição	Valor R\$	Saldo R\$
0	R\$ [Valor contratado]	R\$ [Valor contratado]
1	R\$ [Valor faturado com atesto da fiscalização]	R\$ {Valor remanescente}
2		
3		

8. ANEXOS

A contratada deve apresentar a relação de anexos que compõe o relatório.